

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE FILOSOFIA

Victoria Corrêa Tavares

Considerações sobre o racismo no Brasil:
raça, branquitude e vidas negras

Florianópolis

2022

Victoria Corrêa Tavares

Considerações sobre o racismo no Brasil:
raça, branquitude e vidas negras

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Filosofia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito
para a obtenção do título de Bacharel em Filosofia.
Orientadora: Prof^a Mariana Pao, Dra.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Tavares, Victoria

Considerações sobre o racismo no Brasil : raça,
branquitude e vidas negras / Victoria Tavares ;
orientador, Mariana Paolozzi, 2022.

55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Filosofia,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. raça. 3. gênero. 4. racismo. 5.
branquitude. I. Paolozzi, Mariana . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Filosofia. III.
Título.

Victoria Corrêa Tavares

Considerações sobre o racismo no Brasil:
raça, branquitude e vidas negras

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Filosofia.

Florianópolis, 22 de Julho de 2022.

Profª Drª Carolina de Souza Noto
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Profª Mariana Paolozzi, Dra
Orientadora
Filosofia - UFSC

Profª Janyne Sattler, Dra
Avaliadora
Filosofia - UFSC

Profª Alexandra Eliza Vieira Alencar, Dra
Avaliadora
Antropologia - UFSC

Este trabalho é dedicado às pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTIA+, neuroatípicas que resistem com seus corpos, pensamentos e amores. Aqui, parte do meu compromisso teórico na promoção da vida em torno das nossas identidades e culturas.

AGRADECIMENTOS

À minha família de origem, pela existência e vida. À minha mãe Jane Luzia e meu pai Diógenes, por terem feito dos seus corações minha eterna morada, meus sentimentos mais intensos. Ao meu irmão Davi, por ser meu maior presente. Minha relação com o passado e o futuro. Ao meu avô Jovino e à minha avó do coração Cacilda, por terem me ensinado pedir bênção e jogar cartas. Saudades sem fim. À minha avó Magdalena, minha lembrança mais doce e florida. À minha madrasta Juliana, por todo incentivo nesta jornada. À sua mãe Maria de Lourdes e ao seu pai Renato, por terem me acolhido como neta, por todas as vezes que mandaram pães, ovos e requeijão. Nunca me senti só! À minha tia Márcia, por ter me recebido em sua casa assim que cheguei em Florianópolis, te admiro desde pequena. Ao meu tio Gerson e minha tia Rosemari, por todo amor e presença que me nutriram durante toda a infância e adolescência. À minha madrinha Josiane, por ter me levado várias vezes para as escolas em que dava aula, a sala de aula é sempre um encontro com você. À minha namorada e companheira Lara, por todos os compromissos afetivos, meu amor e admiração profunda por quem você é. Agradeço todo o carinho da sua família comigo! A todos que me deram apoio durante esses anos, pelas ausências e momentos que deixamos de viver juntos para que eu pudesse estar na UFSC. Amigues que a universidade juntou, Alberto, Aline, Beatris, Duda, Eduarda, Felini, Helenor, Luana, Ismael e tantas pessoas queridas, obrigada por todos os encontros. Às amigas Dandhara e Lyara, pelas ações insurgentes no mundo. Com vocês duas interpreto menos e vivo mais. Luanda e Júlio, por todas as inspirações estéticas e artísticas. Vavá, meu agradecimento mais profundo nesta jornada. Nós embarcamos numa viagem em 2015 e o destino é a vida! O amor é revolucionário e parte desta revolução é amando você.

Agradeço à professora Maria de Lourdes Alves Borges, pelo incentivo à produção acadêmica durante os semestres que me orientou no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. (PIBIC) e à prof^a Mariana Sérvulo da Cunha, por ter acompanhado o desenvolvimento deste trabalho.

Às pessoas que constroem o Projeto de Educação Comunitária Integrar e a Gestão Estudantil Universitária Integrar, aos que estão e aos que virão, por todo aprendizado trocado e conhecimento produzido coletivamente. Só sou porque somos, a luta é todo dia!

Epígrafe

“Acho que uma das formas que a censura assume na nossa cultura é a censura das condutas. As pessoas presumem ‘Ah, a bell hooks é uma feminista, essas são as opiniões que ela vai ter’. Esse tipo de compartimentalização e rotulação vai muito na contramão não somente da liberdade de expressão, mas também como reconhecimento das individualidades. Nós podemos possuir opiniões muito diferentes sobre as coisas. [...] Como nós lidamos com esses diferentes aspectos de quem nós somos? Essa é uma das razões porque gosto de escrever sobre amor, porque quando as pessoas amam alguém, elas nunca acham que vão pensar de forma igual. Quando as pessoas me falam: ‘quando tentarmos reunir o grupo para discutir raça, vai haver conflito’, eu as digo: ‘você já teve algum relacionamento com alguém que não teve conflito? Por que nós esperamos que vamos nos reunir e conversar sobre raça e racismo, e não ter talvez raiva? Talvez conflito?’. Quando não esperamos isso nas áreas mais profundas das nossas vidas privadas, nós não reconhecemos que o conflito é parte de tentar ter um relacionamento com alguém que não é você. Nós não reconhecemos que quando aparecem problemas difíceis é quando começamos a censurar e nos fechar.”

(HOOKS, 2002)

RESUMO

A partir de Maria Lugones, Lia Vainer Schucman e Lélia Gonzalez, o presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo refletir a respeito das relações raciais no Brasil, compreender o lugar da pessoa branca na produção e manutenção do racismo, a fim de compreender como as estruturas de poder racializam indivíduos e como as categorias raça e gênero são instrumentalizadas para violentar e ocultar determinadas corporeidades. Os conceitos desenvolvidos pelas três pensadoras, que em distintas temporalidades históricas estão comprometidas com as vidas pelas quais suas publicações são atravessadas, recusam os significados estruturados pelo poder. Lugones, Schucman e Gonzalez, a partir da noção da colonialidade de gênero, de branquitude e de *amefricanidade*, tecem estratégias discursivas de resistência ao construir novas semânticas, em novos terrenos epistemológicos. O entrelaçamento entre as vozes das três autoras aponta para a busca de uma lógica subversiva, necessária para desmontar as estruturas propagadoras de opressões e enfrentamento do racismo, assumindo uma responsabilidade coletiva, saindo da lógica culpabilizadora e compreendendo o lugar da pessoa branca na luta anti-racista, numa postura política e ética em defesa da vida e das diferenças.

Palavras-chave: raça. gênero. branquitude. pacto narcísico. racismo.

ABSTRACT

Based on Maria Lugones, Lia Vainer Schucman and Lélia Gonzalez, this course conclusion work aims to reflect on racial relations in Brazil, to understand the place of the white person in the production and maintenance of racism, in order to understand how the structures of power racialize individuals and how the categories of race and gender are instrumentalized to violate and hide certain corporeities. The concepts developed by the three thinkers, who in different historical temporalities are committed to the lives through which their publications are crossed, refuse the meanings structured by power. Lugones, Shucman and Gonzalez, based on the notion of coloniality of gender, whiteness and Africanness, weave discursive strategies of resistance by building new semantics, in new epistemological terrains. The intertwining between the voices of the three authors points to the search for a subversive logic, necessary to dismantle the propagating structures of oppression and confrontation of racism, assuming a collective responsibility, leaving the blaming logic and understanding the place of the white person in the anti-government struggle. racist, in a political and ethical posture in defense of life and differences.

Keywords: race. genre. whiteness. narcissistic pact. racism.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 - Entrelaçamento e produção de Raça e Gênero	17
Capítulo 2 - Efeitos Discursivos e Psicossociais da Produção de Raça	26
Capítulo 3 - Lélia Gonzalez, Filósofa e Intérprete do Brasil	36
Conclusão	48
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

Início este trabalho¹ com parte da entrevista feita com **bell hooks**², em 2002, ao programa estadunidense “*Speaking Freely*”. A partir da sua experiência vivida enquanto mulher negra, hooks questiona os comportamentos que esperam que ela tenha ao se afirmar feminista. Gosto desse diálogo e dos apontamentos levantados pela autora, principalmente por ela considerar que a censura das nossas condutas está intrinsecamente ligada à forma como nos fechamos diante de situações e temáticas difíceis. Ao evitarmos conflitos ao nos depararmos com as diferenças, impedimos de nos relacionar com outras pessoas e experiências de vida. Sua reivindicação política sobre o amor e educação são temas de suas produções teóricas, e apesar de não estar no centro desta escrita, gostaria de mencioná-la justamente por ter sido fundamental para que o tema abordado tomasse as relações raciais como central.

Atribuo parte do desejo de pesquisar sobre educação, relações raciais e amor, à professora **Ticiane Caldas de Abreu**³ do Projeto de Educação Comunitária Integrar, do qual também faço parte. Ela trouxe bell hooks muitas vezes para os espaços de formação coletiva. A partir de hooks e neste coletivo, aprendi que a sala de aula é um espaço de possibilidades, onde temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade “*de exigir de nós e nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permite encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade*”. (HOOKS, 2013, p. 273)

A partir dessas motivações percorro meu encontro com a filosofia, percebo quanto o

¹ A professora Angela Figueiredo, doutora em Sociologia e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, publicou o artigo “*Epistemologia Insubmissa Feminista Negra Decolonial*”. Nele ela negrita os nomes de autores e autoras negras, como estratégia discursivas nos textos e produções acadêmicas. Principalmente por considerar que a linguagem é uma das principais ferramentas de produção e reprodução do racismo, utilizo este recurso em referência à sua publicação. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>>. Acesso em: 03 de Agosto de 2022.

² bell hooks (1952 - 2021) nasceu em Hopkinsville, uma cidade rural no sul dos Estados Unidos. Batizada como Gloria Jean Watkins, adotou o nome pelo qual é conhecida em homenagem à bisavó, Bell Blair Hooks. Formou-se em literatura inglesa na Universidade de Stanford, fez mestrado na Universidade de Wisconsin e doutorado na Universidade da Califórnia.

³ Graduada no curso de Licenciatura em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (2017), também é Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2020), defendeu a tese intitulada “*As áfricas no ensino de História da Rede Municipal de Florianópolis*”. Educadora Popular no Projeto de Educação Comunitária Integrar e membra da Gestão Estudantil Universitária Integrar (GESTUS).

medo do conflito impossibilita que muros sejam ultrapassados em nossos cotidianos, e que muitas pessoas não conseguem ver para além daquilo que assumem ser a verdade única. Também percebi o quanto se tem medo das palavras, ao conversar sobre gênero e raça. Medo de nomear o racismo, o machismo, a homofobia. Medo de se enxergar como partícipe do mundo; é aqui que habita esse medo na forma de censura, assim como a autocensura, que leva a uma desconexão do mundo ao não se descrever a realidade. Não sei dizer a primeira vez que ouvi expressões racistas, homofóbicas e misóginas, mas consigo afirmar que estão constantemente presentes nos discursos e núcleos próximos. Comecei a me perceber como reprodutora dessas falas, muitas delas elaboradas dentro das salas de aula. Lembro que na escola tentavam convencer a turma de que não passaríamos no vestibular por conta das políticas de ações afirmativas para estudantes negras e negros. Quantas foram as vezes que ouvi “até negro tem preconceito contra ele mesmo” para justificar racismo recreativo⁴? Interessante mesmo é que esse racismo nunca está nas pessoas, em mim, em ti. Ele sempre está num outro, é tomado como natural e biológico, e de preferência é coisa da própria população negra. Em outros contextos, até há repúdio contra o racismo, mas não há afeto direcionado e envolvido às pessoas negras.

Este trabalho não é apenas o resultado das bibliografias introduzidas e mencionadas, ele emerge das constantes tensões experienciadas e compartilhadas em minha trajetória na universidade, fora e antes dela. O termo ‘tensão’ é tomado aqui no sentido de provocar uma reação, uma ação insurgente na articulação de presentes e futuros possíveis. Os ataques que a educação e pesquisa têm sofrido nos últimos anos no Brasil descrevem as ameaças direcionadas às ciências humanas, à filosofia, às artes e aos setores culturais. As fragilidades do livre pensar remontam uma história marcada pelo apagamento sistemático das contribuições de diversas identidades, pessoas e movimentos para a produção de conhecimentos e saberes em nosso país, sobretudo a contribuição da população negra.

Como mulher branca e lésbica, que nasceu e vive em Santa Catarina, busco compreender o lugar do qual falo e ajo no mundo. Sou filha e irmã que experiencia a família por meio da adoção não judicializada. Sendo ‘branca’, a despeito das discriminações que sofro por ser lésbica e mulher, usufruo de privilégios simbólicos e materiais, que resultaram na possibilidade de mobilidade de Canoinhas/SC e permanência na Universidade Federal de Santa Catarina, localizada em Florianópolis/SC. Em minha família de origem somos quinze

⁴ Para leitura MOREIRA, Adilson. *Racismo Recreativo*. In Coleção Feminismos Plurais. Pólen Livros, 2019.

irmãos, dos quais dois faleceram. Quatro de nós fomos adotadas/os por famílias diferentes, nossas trajetórias são singulares e se diferenciam dos irmãos que permaneceram no núcleo familiar, sem mencionar aqueles dos quais não tenho conhecimento de onde estão.

Como lésbica, experencio agressões constantes, sejam elas verbais ou físicas, as quais produzem por meio do discurso e ação um permanente padrão de interação social, associando as pessoas LGBTIA+ a estereótipos e estigmas preconceituosos. Já fui vítima de ataques lesbofóbicos seguidos de violência física no centro da cidade de Florianópolis. Entretanto, meu caso não foi o único, várias foram as denúncias sobre espancamentos e agressões entre os núcleos mais próximos e ataques racistas sofridos por amigos. Eram amigos de dentro e fora da universidade. Amigos de amigos. Nos mesmos lugares, em cidades diferentes. Agressões vindas de vizinhos e conhecidos. Ataques sofridos durante momentos de lazer e estudos, no espaço acadêmico, nas famílias, nas ruas, nas festas, nos supermercados, no transporte, em seus trabalhos e bicos. Uma agressão em cima da outra, desencadeando outras violências.

Florianópolis, assim como o Estado de Santa Catarina, refletem um Brasil que encobre as violências e brutalidade às quais a população LGBTIA+, principalmente as pessoas transexuais e travestis, estão expostas. A respeito do Brasil como um todo, segundo dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais),⁵ a cada 48 horas uma pessoa trans é assassinada, sendo que 80% das vítimas são pretas e pardas. Além disso, a idade média das pessoas trans assassinadas é 30 anos.⁶ Segundo o Atlas da Violência 2021, entre 2018 e 2019, as pessoas negras representam 76% das vítimas de homicídio no Brasil.⁷ No mesmo relatório, dados apontam queda nas taxas de homicídio de 2018 para 2019, em contrapartida, houve aumento de 9,8% nas taxas de homicídios de indígenas, como também aumento de 9,8% das notificações registradas de violência contra homossexuais e bissexuais durante o mesmo

⁵ Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 17 de Junho de 2022.

⁶ Conforme os dados da Transgender Europe (2021), Brasil de Fato, 2022. Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>>. Acesso em: 03 de Junho de 2022.

⁷ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Atlas da Violência 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9619-pb8atlasviolenciaversaodivulgacao.pdf>>. Acesso em: 13 de Junho de 2022.

período analisado.⁸ Outro dado significativo são os índices de feminicídio no país, segundo o 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública a cada 3 mulheres mortas em 2020, 2 eram negras, 81,5% foram mortas por companheiros ou ex-companheiros.⁹

Minha trajetória no curso de filosofia também foi profundamente atravessada por marcas de violência. Comecei a me questionar sobre como determinadas corporeidades são referenciadas no mundo, eu queria compreender como nossas relações são permeadas por perspectivas carregadas de racismo, lesbofobia, transfobia, homofobia e capacitismo. Qual a dimensão da sujeição da nossa raça, gênero e sexualidade no mundo? Como somos influenciadas por categorias que são instrumentalizadas para hierarquizar, excluir, violentar e assassinar em nossa sociedade? Por que determinados corpos estão sujeitos a constantes tentativas de subalternização?

Desde a escola até à universidade, me dou conta das constantes tentativas de se afirmar um só tipo de saber, de conduta e de valor. Hoje compreendo como o ocultamento de outras possibilidades de ser, existir e criar no mundo é produzido e reproduzido pelas ideologias e grupos dominantes, nas quais o homem branco, heterossexual, cisgênero e burguês é tomado como norma, padrão e referência. Por isso este trabalho é fruto de um processo que permanecerá em andamento, na investigação das dimensões que nos constituem, na constante busca de podermos escrever, falar, pensar, produzir, imaginar e significar o mundo a partir das nossas experiências, a partir do que nossas múltiplas dimensões informam.

A organização deste trabalho partiu do pensamento e contribuições da filósofa, antropóloga, historiadora e geógrafa **Lélia Gonzalez** (1935 - 1994). Desde que comecei a ouvir seu nome, pouco se falava sobre sua formação em filosofia; no entanto, Lélia possui um importantíssimo protagonismo na construção do pensamento filosófico no Brasil. Sendo uma das co-fundadoras do Movimento Negro Unificado¹⁰, Gonzalez dedicou sua vida em defesa da mulher negra e do homem negro, fez da luta antirracista seu trilhar para a valorização do

⁸ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Atlas da Violência 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9619-pb8atlasviolenciaversaodivulgacao.pdf>>. Acesso em: 03 de Junho de 2022.

⁹ Alma Preta. Jornalismo Preto e Livre, 2021. Feminicídio no Brasil. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/duas-a-cada-tres-vitimas-de-femicidio-no-brasil-sao-mulheres-negras>>. Acesso em: 04 de Junho de 2022.

¹⁰ Gonzalez no texto "*O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra*" (1985), descreve a fundação do MNU em 19 de Junho de 1978 na cidade de São Paulo. Antes nomeado como Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), teve sua formação relacionada com a Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro (TEN). Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento e Hamilton Cardoso, entre outros, também protagonizam essa construção.

pensamento afrocentrado na formação e construção do Brasil. Militante e ativista das ruas, fez do espaço acadêmico mais um espaço de ação e nos deixou um legado em movimento. Ela possui um vasto repertório de produções acadêmicas, apresentações feitas em outras línguas que não tinham sido traduzidas para o português. Textos que foram reunidos e publicados em 2020 sob organização da professora **Flávia Rios**¹¹ e **Márcia Lima**¹², no livro intitulado *Por um Feminismo Afro-latino-americano*.

Tive a oportunidade de ler “*Racismo e Sexismo*” no Brasil pela primeira vez na disciplina Filosofia e Questões de Gênero, ministrada pela professora Janyne Sattler no curso de filosofia no ano de 2020. Reli em 2022 com a professora **Alexandra Eliza Vieira Alencar** na disciplina Feminismos Negros, oferecida conjuntamente com a estudante de doutorado **Iadira Antonio Impanta**, do departamento de Antropologia, da UFSC. Outro espaço fundamental na aproximação com o pensamento da filósofa foi o Projeto de Educação Comunitária Integrar e a Gestão Estudantil Universitária Integrar (GESTUS). Estes têm sido um espaço para ler e ouvir pensadoras negras, muitas das quais são estudantes do pré-universitário, da graduação e pós-graduação.

Faço essas considerações porque foram nesses espaços que também tive contato com a defesa da Lei 10.639/2003, a qual modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, tornando obrigatória a inclusão dos conteúdos de História e Culturas Afro-Brasileiras e Africana em todos os níveis de ensino no país. Mas basta uma breve pergunta aos colegas, sejam das épocas do ensino fundamental, médio, ou da universidade, a maioria irá afirmar que não acessou esses conteúdos em sua grade curricular obrigatória. Assim como o próprio ensino da filosofia, que somente em 2008 foi tornada disciplina obrigatória nos currículos nacionais e em 2022, ano que passa a valer a Reforma do Ensino Médio, sofre constantes tentativas de exclusão nos chamados “Itinerários Formativos”. Devido à curiosidade relativa a materiais em torno da lei e ao incentivo da disciplina de filosofia que encontrei a obra “*O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639*” do professor e filósofo Renato Nogueira, do departamento de Educação e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Sua introdução inicia com a “*Filosofia é a mais branca dentro de todas as áreas no campo das Humanidades.*” (MILLS, Charles. 1999, p. 13)

¹¹ Professora do Departamento de Sociologia e Metodologia da Universidade Federal Fluminense. Coautora com Alex Ratts de *Lélia Gonzalez*, o primeiro livro publicado sobre a trajetória de vida da autora.

¹² Professora do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

É provocada por essas inquietações que me proponho a pensar as relações raciais no Brasil, partindo de categorias e conceitos que considerei importantes na construção deste trabalho. Atribuo esta escrita às constantes trocas entre colegas, estudantes, educadores e educadoras, professoras e professores amigos da vida, com quem pude aprender nos espaços de ensino, muitas vezes construídos fora das salas de aula. Ao tomar as relações raciais e o racismo produzido - e reproduzido - pela branquitude como tema central do Trabalho de Conclusão de Curso, busco compreender o lugar da pessoa branca na luta antirracista, saindo da lógica culpabilizadora e assumindo a responsabilidade coletiva. Uma postura política em defesa da vida. São vidas! Compreender a nossa sociedade organizada e hierarquizada social, política, econômica e geograficamente a partir da ideia de raça é fundamental para responder às urgências do Brasil presente.

Faço parte de uma geração que colhe os frutos das lutas históricas em defesa da vida e da educação, como estudante branca fui e sou profundamente beneficiada pelo protagonismo dos movimentos negros em defesa das universidades públicas, principalmente após a implementação das políticas de ações afirmativas na Universidade do Estado de Santa Catarina. Com a universidade mais plural, diversa e habitada pelas diferenças, pude conhecer e entrar em contato com produtores de conhecimentos em seus fazeres e saberes, seja por meio de suas oralidades, militâncias, seus ofícios, suas múltiplas dimensões de ser, existir e habitar o mundo. Agradeço a todas as pessoas presentes neste percurso acadêmico, em defesa de educação para todes, feita com todes.

No primeiro capítulo trago as contribuições da socióloga argentina, lésbica e ativista María Lugones, ao considerar a relação entre a colonialidade do poder e a produção de raça e gênero nas sociedades exploradas pelos projetos de expansão e colonização. No texto “*Colonialidade e Gênero*” (2008) a autora argumenta que a modernidade produziu raça e gênero sob dicotomias fundantes, fazendo com que fossem tomadas nos pares branco/negro e homem/mulher. Segundo Lugones, a modernidade inscreve no próprio significado de gênero a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade, a cisgeneridade e as articulações do patriarcado para controle e dominação. Seu intuito é o de investigar a indiferença às violências que a população ‘*não branca*’ sofre pelo Estado. Lugones apoia-se no conceito de interseccionalidade para visibilizar e revelar a coerção sob a qual determinadas corporeidades estão sujeitas. Lugones utiliza *interseccionalidade* a partir da perspectiva jurídica de

Kimberlé Crenshaw (1989), isso não quer dizer que antes dessa marcação acadêmica não tenha havido interações sociais que correspondem a essa noção. Chamo atenção para o conceito considerando sua historicidade e localização, não como uma mera sobreposição de opressões e soma de violências. O conceito de interseccionalidade tomado nesta escrita possui um caráter historicamente afrocentrado para a construção do mundo.¹³

No segundo capítulo, baseio-me nos trabalhos de Lia Schucman¹⁴. Como mulher branca, a autora tem analisado o racismo por meio da branquitude e o lugar dos brancos nas relações raciais a partir da psicologia social. No livro *“Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude e hierarquia na cidade de São Paulo”*, resultado de sua tese de doutorado defendida em 2012, Lia investiga as pessoas brancas como principais produtoras e reprodutoras da estrutura racializada, seja nos discursos, ações e subjetividades racistas. Na primeira parte do capítulo, desenvolvo sua tese principal, a qual aponta que a ideia de raça presente no imaginário da população e na produção de conhecimento no Brasil é aquela introduzida e legitimada pela ciência moderna nos séculos XIX e XX. Nesse sentido, busco compreender como a produção de raça e do poder hegemônico faz com que pessoas brancas recebam dividendos do racismo, como também demonstrar que a branquitude só existe em relação.

Na segunda parte do capítulo examino a análise histórica-conceitual da branquitude feita pela autora, onde se averigua como estruturas de poder racializam brancos e brancas em detrimento da racialização de negros e negras. Para a autora não há “o branco”, mas sim “os brancos”, sendo que a branquitude, enquanto constructo de poder, hierarquiza os próprios brancos a partir de um “branco ideal”, europeizado. Para a autora a branquitude se refere a um lugar de poder e vantagem, espaço que é na maioria das vezes ocupado por uma pessoa branca. Logo, a brancura, enquanto traços fenotípicos, difere de branquitude, uma vez que não há uma identificação essencialista com a branquitude, mas sim *“processos psicossociais de identificação”* (SCHUCMAN, 2014, p. 185), os quais resultam das *“mediações que experienciam durante a vida, de identificação com a branquitude”* (SCHUCMAN, 2014, p. 187).

Por fim, no terceiro capítulo, abordo o pensamento da filósofa **Lélia Gonzalez** para compreender sob quais eixos se fundamentam as relações raciais e o racismo no Brasil. Para a

¹³ Para leitura AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. In Feminismos Plurais, Pólen Livros, 2018.

¹⁴ Docente e pesquisadora do departamento de psicologia da UFSC.

autora, há o que ela reconhece como neurose cultural brasileira, a qual tem o racismo como seu sintoma. A partir de seus estudos sobre psicanálise, ela desenvolve seus artigos em torno do que compreende como racismo por denegação. É nesse processo que o mito da democracia racial é amplamente difundido, fazendo com que se negue, exclua e oculte a presença e contribuição negra na construção do nosso país. A filósofa propõe um novo olhar sobre a formação histórico-cultural do Brasil, uma vez que é encoberta pelo véu ideológico do branqueamento e recalçada por classificações eurocêntricas que ocultam o passado histórico em nome de uma história que só fala dos opressores. Lélia Gonzalez utiliza o conceito *amefricanidade* para se referir às amefricanas como aquelas que resistem à opressão e diferenciação colonial e neoliberal, conceito que procuro destacar neste trabalho.

CAPÍTULO 1 - ENTRELACEMENTO E PRODUÇÃO DE RAÇA E GÊNERO

A socióloga argentina María Lugones, no texto intitulado *Colonialidade e Gênero* (2008)¹⁵, busca trazer para o campo de análise o entrelaçamento entre raça, classe, gênero e sexualidade, assim como sua relação com a colonialidade. Seu intuito é o de compreender a indiferença em relação às sistemáticas violências que *mulheres de cor*¹⁶ sofrem em nossas comunidades pelos aparatos do Estado, sejam elas no espaço público ou privado/doméstico. A partir do pensamento de Aníbal Quijano, Lugones compreende dois marcos de análise que não são devida e conjuntamente explorados: as reflexões sobre a colonialidade do poder e os trabalhos sobre raça, gênero e classe que dão destaque ao conceito de interseccionalidade.

A respeito da colonialidade do poder, os trabalhos desenvolvidos pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano traçam um ponto de partida para a análise de Lugones, principalmente por ele investigar o padrão de *poder capitalista eurocêntrico* e global. O sociólogo descreve que a Europa, como centro capitalista que explorou e colonizou boa parte

¹⁵ Em *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Org. Heloisa Buarque de Hollanda (2020, p. 52).

¹⁶ Lugones faz referência ao conceito ‘mulheres de cor’, termo que foi adotado nos Estados Unidos pelas vítimas da dominação racial, não somente como um marcador racial, mas também indicando a coalizão entre mulheres que são vítimas dos diferentes tipos de opressão, abarcando seus protagonismos nas interações interculturais e na resistência à colonialidade do poder e à colonialidade do gênero.

do mundo, assume de forma mitológica o ponto mais elevado da temporalidade das espécies, principalmente por se auto figurar como anterior aos processos que constituem o capitalismo global e conseqüentemente o padrão de poder. O restante do mundo, principalmente os territórios e populações dominadas, são considerados primitivos, irracionais e atrasados em relação à história, como se a história fosse uma linha contínua e unidirecional.

Toda essa perspectiva cognitiva, não somente de “europeus” mas de todas e todos que são educados sob a hegemonia do capitalismo mundial, se compreende por eurocentrismo, ou seja, a produção de conhecimento precisa atender às necessidades do capitalismo, o que envolve a *“medição, quantificação, padronização daquilo que pode ser conhecido [...] para controlar a relação entre as pessoas, a natureza e a propriedade dos meios de produção.”* (LUGONES, p.58). Quijano compreende o capitalismo eurocêntrico e global como a articulação estrutural de todas as formas de controle do trabalho e exploração que são conhecidas sob a hegemonia da relação capital-salário, aqui se faz necessário destacar que historicamente nem todas as relações de trabalho no capitalismo se encaixam nesse modelo, uma vez que o trabalho assalariado está reservado majoritariamente para homens brancos.

Para Quijano, o poder capitalista se organiza sob dois eixos: a colonialidade do poder e a modernidade. Conforme o colonialismo europeu foi se expandindo, essas classificações e dicotomias foram impostas a toda a população mundial, desencadeando a invenção de novas identidades geoculturais e raciais. Nas palavras de Quijano, Lugones cita: *“a colonialidade do poder introduz uma classificação universal e básica da população do planeta pautada na ideia de ‘raça’.*” (LUGONES, p. 56). O autor utiliza aspas ao se referir a todas as classificações raciais, inclusive o próprio conceito de “raça”¹⁷, para demarcar que esse reconhecimento das relações humanas é uma ficção em termos metafísicos. Segundo Quijano, a colonialidade do poder ordena as relações de dominação e exploração, fazendo com que as relações de trabalho e comunais sejam racializadas, generificadas e geograficamente diferenciadas. *“Essa é a expressão mais profunda e duradoura da dominação colonial”* (QUIJANO, Anibal, op. cit. 2001 - 2001 p.1), uma vez que por meio da dominação se reorganizam as relações de superioridade e inferioridade, gerando conflito entre os atores sociais pelo controle dos quatro âmbitos básicos da vida humana, que segundo Quijano são: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade.

¹⁷ No segundo capítulo menciono a importância da categoria "raça" para os movimentos na luta antirracista, que historicamente lutam por integridade de seus corpos, territórios e uso social da memória.

Lugones parte dessa análise da *lógica dos eixos estruturais* apresentados por Quijano, “*para compreendermos os processos de entrelaçamento e produção de raça e gênero*”. (LUGONES, p.54). Para ela, o gênero é uma categoria estruturante da colonialidade e sua análise considera que o sistema de gênero surge no momento em que o pensamento e discurso moderno colonizador estabelecem as dicotomias fundantes, muitas que não fazem parte das organizações pré-coloniais¹⁸, como os pares homem/mulher, branco/negro. Sendo assim Maria Lugones critica o quadro analítico elaborado pelo sociólogo, uma vez que ele assume as diferenças de gênero apenas em relação ao controle do sexo, seus recursos e produtos, pressupondo quem controla o acesso aos recursos e quem é entendido como recurso. Quijano compreende *sexo* exclusivamente como um atributo biológico, ou seja, todas as diferenças são pensadas a partir de como a sociedade compreende a biologia reprodutiva, de maneira ideológica e exclusiva ao padrão cis-hétero normativo, ou seja, a partir da qual a heterossexualidade implica a cisgeneridade.

Recentemente, em minha família e grupos de amigos, houve vários nascimentos, novas crianças habitando este mundo. Lembro das vezes que fui em “chás de bebê” com o objetivo de arrecadar fraldas, mas cheios de brincadeiras pejorativas não lá muito confortáveis pra quem fica assistindo. Não faço aqui juízos morais, entretanto, percebo que a ideologia de gênero vem assumindo novas nuances, vejo de forma cada vez mais intensificada nas redes sociais os chamados “chás de revelação”. Neles, mães e pais são surpreendidos com a revelação do “sexo” de suas filhas e filhos, muitos foram os vídeos nos quais homens e pais ficam enfurecidos quando revelado que suas filhas serão meninas. Digo isso porque um gênero nos é atribuído ao nascermos e existe uma expectativa quanto a isso, se espera que crianças performem suas ditas masculinidades ou feminilidades, seja lá o que isso signifique. Ao mesmo tempo, a partir dos pares dicotômicos branco/negro, uma raça também é atribuída. Chamo atenção para este aspecto, pois ao passo que os brancos são tomados como padrão, os negros são aqueles aos quais se atribui, exclusivamente, a ideia de raça. Lugones sinaliza, assim, que um gênero nos é atribuído ao nascimento e que todas e todos nós somos racializados, sendo dominadas/os e violentadas/os por esse processo de maneiras diferentes.

Por isso também que a socióloga trabalha a ideia da interseccionalidade dentro do esquema de Quijano. Para compreendermos como a indiferença em relação às mulheres e

¹⁸ Por exemplo a consideração da homossexualidade como terceiro gênero, reconhecida assim por 88 sociedades pré-colombianas (LUGONES, p. 71)

homens de cor é construída, a autora sinaliza a forma binária e separada que as categorias homem/mulher, branco/negro e burguês/proletário são analisadas. Para ela “*a separação categorial é a separação de categorias que são inseparáveis*” (LUGONES, p.53), esse tipo de perspectiva encobre a intersecção entre elas, sendo não apenas um mero equívoco epistemológico, mas a colaboração com um projeto de invisibilidade. A lógica da separação categorial distorce os fenômenos sociais e sujeitos que existem na intersecção, padronizando e homogeneizando as corporeidades e experiências.

Em contrapartida a ela, Lugones afirma que a interseccionalidade nos revela um vazio. “*Uma vez que a lógica da interseccionalidade nos mostra o que se perde, ficamos com a tarefa de reconceitualizar a lógica da intersecção.*” (LUGONES, p. 60). Uma perspectiva epistemológica de intersecção deve considerar raça e gênero de forma indissolúvel, para ela, essas categorias assumem papel central na “*desintegração das relações comunais e igualitárias, do pensamento ritual, da autoridade e do processo coletivo de tomada de decisões, e das economias.*” (LUGONES, p. 73). Sendo assim, a lógica da interseccionalidade é capaz de revelar o alcance da produção de raça e gênero na estrutura social das populações colonizadas, revelando a subordinação das mulheres, a coerção, dominação e exploração que constituem todas as esferas sociais e alteram as relações comunais.

Lugones distingue o lado oculto e visível do sistema de gênero. A parte oculta esconde que gênero é uma característica humana que não existe para todos os corpos, é um lado violento que faz com que mulheres e homens que não são brancas/os sejam animalizadas/os e vitimadas/os. Muitos dos trabalhos desenvolvidos pelos feminismos do século XX fizeram referência às mulheres brancas e das classes sociais mais elevadas. Ao ocultar as relações raciais, teorizaram e reivindicaram o sentido branco burguês de ser mulher, colaborando para que as mulheres colonizadas e de cor fossem inferiorizadas corporal e intelectualmente, e não tivessem acesso aos privilégios que as mulheres brancas, em contrapartida, reivindicaram e conquistaram. Lugones considera a necessidade da compreensão de nós mesmas em termos interseccionais, para compreendermos as marcas de sujeição que nos recaí. Sobre as produções feministas desenvolvidas nos anos 1970, Lugones afirma “*como não perceberam essas diferenças profundas, não viram nenhuma necessidade de criar coalizões, assumiram que existia uma irmandade, uma sororidade, um vínculo já existente forjado pela sujeição do gênero.*” (LUGONES, p.76)

Maria Lugones também cita alguns trabalhos da professora e socióloga **Patrícia Hill Collins**¹⁹ para descrever o lado oculto do sistema de gênero, nos quais ela destaca que a estereotipização das mulheres negras como sexualmente agressivas era instrumentalizada para justificar as violências sexuais e econômicas sofridas dentro das instituições escravistas. Ao mesmo tempo, surge a ideia de pureza sexual como metáfora ao controle do poder político, econômico e racial. Isso faz com que as mulheres brancas obtenham controle reprodutivo e sejam responsáveis pela reprodução da classe burguesa e “raça branca”. Enquanto as famílias brancas são fortalecidas emocionalmente pelas mulheres de cor, por meio do trabalho doméstico e serviços de babá, por exemplo, estas são impedidas e separadas de seus filhos e núcleos familiares.

Trago o caso Gracinha²⁰ como um desses exemplos: em ação promovida pelo Ministério Público de Santa Catarina, em 2014, Maria das Graças de Jesus, moradora do Quilombo Toca Santa Cruz, no município de Paulo Lopes (SC), foi impedida de exercer sua maternidade. Ela teve suas duas filhas retiradas (i)legalmente de sua casa pelo Estado, assim como foram submetidas compulsoriamente à adoção, adotadas por uma família branca em Biguaçu (SC) que não estava na fila de adoção. Segundo a professora Luciana de Freitas Silveira²¹, Coordenadora do Movimento Negro Unificado SC, *“o sistema judiciário sentenciou a retirada das crianças, justificando sua raça, seu cognitivo ? e sua higiene. Acusada de promiscuidade, em nenhum momento teve sua família estendida considerada para os cuidados de suas filhas, mesmo as levando para o balé e escola, com consultas e vacinação em dia.”*²²

Os estereótipos fundados no racismo contribuem para que mulheres de cor não sejam vistas como pessoas que precisam de amor e proteção, da mesma forma homens de cor são percebidos como agressores, e não como protetores, sendo ambos excluídos da esfera da autoridade coletiva, da produção de conhecimento e da possibilidade de terem controle dos meios de produção. Essa construção hegemônica de gênero faz com que haja um lado visível,

¹⁹ Nasceu em 1958 na Filadélfia, Estados Unidos, é socióloga e professora emérita do departamento de sociologia da Universidade de Maryland.

²⁰ Paula Guimarães. Portal Catarinas, 2020. Jornalismo com perspectiva de gênero. Disponível em: <<https://catarinas.info/gracinha-rompeu-com-a-casa-grande-e-perdeu-duas-filhas-para-o-estado/>>. Acesso em: 01 de Junho de 2022.

²¹ Licenciada em Ciências Sociais (UFSC), Mestre em Educação (PPGE - CED/UFSC), defendeu a tese intitulada *“Os Saberes Emancipadores de Maria de Lourdes Mina: Aprendendo com as Memórias de uma Professora e Militante Negra em Santa Catarina”*. Educadora Popular no Projeto de Educação Comunitária Integrar e Membro da Gestão Estudantil (GESTUS).

²² ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA, Sigmund Freud. Roubo de Crianças pelo Estado: Testemunhos. Youtube, 23 de Março de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nIXRE5clAKc>>. Acesso em: 01 de Junho de 2022.

com um significado universal do padrão colonial/moderno do que é “homem” e “mulher”. É inteiramente racializado, direcionado aos homens e mulheres brancos/as de uma elite econômica. Ao mesmo tempo, naturaliza e fixa os papéis de gênero na sociedade, conforme a heterossexualidade e cisgeneridade vai permeando o controle patriarcal e racializado da produção.

O projeto colonial moderno, assim como suas articulações em torno da colonialidade do poder, assume o controle e produção de imagens e significados que distanciam determinados corpos da sua integridade. As relações sociais são constituídas pela produção de gênero, sexualidade, classe e raça, as quais significam as relações de poder. O Estado e patriarcado também são aqueles que perpetram a violência, invisibilizando a inferiorização violenta que a população de cor está sujeita em seus territórios. Para a autora, uma vez que as invasões e explorações dos corpos e territórios não foram aceitas de forma passiva, havendo estratégias de resistência cultural contra hegemônicas, se faz necessária uma análise que considere as transformações nas nossas estruturas comunais e resistências à imposição colonial, em busca de ferramentas teóricas que permitam pensar nas interações íntimas que resistem à diferença colonial, mesmo diante dos projetos de dominação.

A sujeita e o sujeito que habita a fratura social, o lócus fraturado, informa ativamente, pelos próprios conflitos, a sua subjetividade e resistência. Em outro texto intitulado *Rumo a um Feminismo Descolonial*²³ Lugones se refere ao lócus fraturado como o lugar fraturado pela opressão, coerção e violência. O lócus fraturado permite modos de resistências, reflexão e recriação povoada. Uma vez que as comunidades tornam possível o fazer, há uma multiplicidade que promove a coalizão das diferenças. Uma vez que habitar a fratura é estar ciente dos significados, as coalizões nos mostram as contradições e abrem caminho para novos sentidos. Por isso, pensar em outras semânticas não modernas, por meio das sujeitas e sujeitos que resistem à colonialidade do gênero e raça a partir da própria diferença colonial, é um caminho para recusar os significados estruturados pelo poder, já que foram os processos de colonização que inventaram os colonizados.

A partir de um novo terreno epistemológico que não da subordinação e reificação²⁴, cria-se possibilidades para o conhecimento apoiado na comunalidade. Esse pensamento das

²³ Maria Lugones. Periódicos UFSC - Estudos Feministas, 2014. *Rumo a um feminismo descolonial*. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso em: 17 de Junho de 2022.

²⁴ Coisificação, objetificação (Marxismo)

fronteiras e das fraturas caracteriza o pensamento de Maria Lugones, uma vez que não se resiste sozinho à colonialidade do gênero, pois as comunidades tornam possível o *fazer*. A autora também sugere (vide nota 9 do artigo) que a educação popular pode colaborar para nos movermos em direção à transformação das relações comunitárias, por ser um método coletivo e participativo possível para “*explorarmos criticamente o sistema de gênero e o compreendermos em sua concretude espaço-temporal*”, principalmente no que diz respeito à libertação das mulheres e homens, meninas, meninos e meninos de cor que lutam por integridade e autodeterminação.

Qual seria o alcance da produção dessas categorias no Brasil? Como elas implicam em nossos pensamentos e produção de conhecimento? Para compreender essas dimensões, considero o pensamento da filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez, a qual nos deixou contribuições fundamentais para o reconhecimento do entrelaçamento e produção de raça e gênero. Em textos como “*Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*” (1983) buscou compreender como as representações de gênero e sexualidade estão presentes na articulação do racismo, tornando visível a nossa colaboração com a violência de gênero que é sistematicamente racializada.

Como intérprete do Brasil, Gonzalez compreende as consequências do imperialismo europeu, uma vez que a implementação de projetos de “desenvolvimento” econômico, político e social forjaram no Brasil, e em outros países da América Latina, a produção das relações raciais e de gênero. A lógica que orienta nosso sistema de hierarquização e classificação social é uma herança de Portugal, determinando “*um lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar*”²⁵, o que contribuiu para a estratificação racial da sociedade brasileira e para a fixação da mão de obra de mulheres e homens de cor em determinados postos de trabalho e espaços. Desse modo, foram confinados, invisibilizados e excluídos do meio social. É no contexto de implementação de técnicas legais e violentas de controle social e político nas colônias, que as hierarquias garantem a superioridade da população branca como grupo dominante. É esse sistema de classificação social e econômico, que segundo Gonzalez, “*fazem da mulher negra o foco de sua perversão*”²⁶. Fazendo com que a mulher

²⁵ A Mulher Negra no Brasil (GONZALEZ, 1995, p.158)

²⁶ A Importância da Organização da Mulher Negra no Processo de Transformação Social (GONZALEZ, 1998, p. 268)

negra seja o setor mais explorado e oprimido, uma vez que sofre, segundo a autora, uma tríplice discriminação: racial, sexual e social.

Lélia aponta nos textos *Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Linguísticos e Políticos da Exploração da Mulher* (1979), *A Questão Negra no Brasil* (1981) e *Mulher Negra* (1984) que o surgimento da massa marginal se deu devido ao desenvolvimento desigual e combinado promovido pelos projetos implantados em nossos territórios. Lélia comenta que devido à modernização conservadora e excludente no Brasil, o projeto de nação da minoria dominante passa para o brasileiro médio a visão de um país branco ocidental, altamente civilizado e sem conflitos. Esse pensamento somado à concentração de renda, fez com que muitas e muitos tivessem a sua mão de obra e de trabalho considerada supérflua, formando uma massa marginal. Os novos setores do mundo do trabalho, como os escritórios e bancos, se abriam seletivamente para a população branca, sob o pretexto racista de “boa aparência e educação”. Lélia aponta que toda atividade que signifique lidar com um tipo de “público seletivo” faz com que as trabalhadoras negras sejam excluídas, o *"negócio é ser cozinheira, arrumadeira, faxineira, não há problema se a empregada for negra"*²⁷.

Essa racialização faz com que para se obter o mesmo rendimento econômico, o número de membros das famílias negras inseridos na força de trabalho seja muito maior que o das famílias brancas, isso incluindo as crianças e adolescentes. A divisão racial do espaço que segrega e torna os presídios, os hospícios, a rua e a prostituição como lugares de destino da população negra, é uma herança da colonialidade e racionalidade administrativa. Sendo assim, Lélia aponta considerações sobre as sistemáticas expropriações socioeconômicas que se têm exercido contra mulheres e homens negros do Brasil pelas classes dominantes brancas.²⁸

Um dos processos de marginalização acelerada foi iniciado após 13 de maio de 1888, fazendo com que as trabalhadoras e trabalhadores negros considerados até então aptos e úteis ao projeto econômico escravagista, passassem a ser considerados inúteis e incapazes para o trabalho livre. A sociologia acadêmica, segundo Lélia, reconhece a “abolição” da escravatura, mas não considera o fato de que grande parte da população de cor, por volta de 90%, já se encontrava livre e economicamente ativa em 1888.²⁹ Por isso a importância da data para o Movimento Negro Unificado como dia de denúncia do falseamento de uma libertação, uma

²⁷ *E a trabalhadora negra, cumé que fica?* (GONZALEZ, 1982, p. 218).

²⁸ *Mulher Negra* (Gonzalez, 1984, p. 268).

²⁹ Comentado por Lélia Gonzalez em *Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Linguísticos e Políticos da Exploração da Mulher* (1979), *A Cidadania e a Questão Étnica* (1986) e *A Mulher Negra no Brasil* (1995).

vez que a população negra é retirada do centro da produção econômica e é deslocada para a periferia, geograficamente e intelectualmente. Essa tendência se estende do século XIX aos anos 1930, período em que a população negra começa a participar dos modos econômicos liberais, período também em que houve intenso estímulo da imigração europeia. Enquanto a imigração europeia recebia estímulos políticos, financeiros e habitacionais, a população negra e indígena permanecia sendo dizimada e assassinada em massa. No pós-abolição coube à mulher negra arcar como “*viga mestra de sua comunidade*”, sendo o sustento moral e de subsistência, movimento que evidencia a importância negra em resistir aos efeitos do capitalismo.

Lélia identifica que há uma reprodução de mentiras sobre os colonizadores e colonizados, para ela o processo de dominação e exploração colaborou com o apagamento e exclusão de partes significativas da nossa história e trajetórias de resistência, principalmente o protagonismo e participação coletiva das mulheres negras na resistência às imposições coloniais. A República Negra de Palmares (1595 - 1695) é um desses exemplos, localizada na antiga capitania de Pernambuco, foi o 1º Estado Livre das Américas durante o Brasil colonial, a primeira tentativa de criação de uma sociedade igualitária, em que o trabalho livre e seus benefícios eram democraticamente revertidos para todas as pessoas, tendo como uma de suas protagonistas Aquatune, princesa do Reino do Congo e avó de Zumbi dos Palmares.³⁰

Para concluir este capítulo, podemos dizer que tanto Maria Lugones quanto Lélia Gonzalez destacam a importância da compreensão sobre as sujeitas consideradas *outras* e que resistem às imposições coloniais e ideológicas, para superar a indiferença que as mulheres negras sofrem em nossa sociedade. Lugones aponta que a colonialidade do poder impõe classificações, de caráter fictício e mitológico, que produzem raça e gênero sob a influência de dicotomias. Desempenhando um papel central na desintegração das relações comunais, também estando presentes nas articulações do racismo. A autora toma as sujeitas e sujeitos em termos interseccionais, com vistas a possibilitar uma análise da sujeição de diferentes corpos. Sendo assim, Lugones abre campo para ferramentas teóricas que consideram as interações que resistem aos abusos coloniais, apontando caminhos que recusam os significados estruturados pelo poder, investigando novas semânticas em novos terrenos

³⁰ *A Mulher Negra na Sociedade Brasileira: Uma Abordagem Político Econômica* (GONZALEZ, 1979, p.49)

epistemológicos.

Lélia Gonzalez, contribui para a análise dos efeitos do colonialismo em nossos territórios. Ambas as autoras abrem caminhos para outras linguagens, oferecem pontos de análise em direção a concepções libertárias e emancipadoras que rompem com concepções reducionistas sobre culturas, identidades de gênero e raciais. Se faz necessário recusar o caráter essencialista das análises, trazendo à tona o aspecto histórico e localizado de suas significações, uma vez que são socialmente e discursivamente construídos.

CAPÍTULO 2 - EFEITOS DISCURSIVOS E PSICOSSOCIAIS DA PRODUÇÃO DE RAÇA

A fim de compreender os efeitos discursivos e psicossociais da produção de raça, remeto à pesquisadora Lia Vainer Schucman e suas análises a respeito da branquitude, considerada como principal propagadora do racismo. A hipótese sugerida pela autora é que a ideia de “raça”, presente no imaginário da população brasileira, é aquela produzida pela ciência moderna nos séculos XIX e XX, a qual se fundamenta em *poder e hierarquias*, que podem variar dependendo de onde cada sujeito se localiza no mundo (SCHUCMAN, 2020, p.45). Ela traz como exemplo as vezes que não foi tida como “branca”, em viagens aos Estados Unidos. Ela também sinaliza como as hierarquias introduzidas pela ideia de “raça” criaram mecanismos de apagamento - e assassinato - de determinadas identidades, etnias e nacionalidades. Segundo Lia Schucman os projetos de dominação e colonização do século XV geraram a ‘necessidade’ de classificar e definir a humanidade, introduzindo a categoria raça em seus sistemas.

O surgimento da categoria raça na modernidade a torna uma ideologia necessária para a colonização e expansão do capitalismo, principalmente para justificar o sequestro e exploração de povos africanos. A partir do século XVIII a cor da pele foi instrumentalizada para a espécie humana ser dividida em três raças: *branca, amarela e negra*. A partir do século XIX, as diferenças “raciais” passaram a ser observadas a partir de *parâmetros fenotípicos e*

culturais. (SCHUCMAN, 2020, p.77).³¹ A hierarquização dos povos europeus em relação aos outros povos se consolidou com a ideia de pureza racial, com o racismo sendo expresso e legitimado pela ideologia cientificista do século XIX, levando ao extermínio dos judeus, assim como a perseguição e assassinato da população LGBTIA+, ciganos, poloneses, população eslava e deficientes durante a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945).

Os valores e ideais europeus foram sistematizados a partir do século XVI e consolidados no século XIX por meio de teorias científicas em torno do conceito de raça. O racismo é produtor da categoria “raça”, ao mesmo tempo que é produzido por ela, fazendo com que as hierarquias sociais sejam definidas a partir da naturalização e essencialização da falácia das diferenças biológicas. Segundo Lia Schucman, o racismo é “*qualquer fenômeno que justifique as diferenças, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos baseado no conceito de raça*” (SCHUCMAN, p. 95). Isso explica a permanência do racismo na atualidade, pois “*as formas de discurso sobre as diferenças humanas mantêm os lugares de poder entre brancos e não brancos.*” (SCHUCMAN, p. 98).

Segundo a pesquisadora, o racismo presente no imaginário da população brasileira revela ser uma construção ideológica produzida pela ciência moderna. Ideologia porque “*se difere da opinião e se pretende detentora de uma chave de solução dos enigmas do universo*” (SCHUCMAN, p.81). Essa ideologia *interpreta a história como uma luta econômica de classes e como uma luta natural entre raças*, ou seja, “*a questão racial não é só uma doutrina teórica, é uma arma política dentro das suas dimensões de impacto*” (SCHUCMAN, p.82). Como fruto do século XIX e XX, a ideologia racista³² persiste historicamente “*por ainda servir aos interesses complexos e diversificados no presente.*” (SCHUCMAN, 2020, p.65).

Lia Schucman menciona o sociólogo argentino Carlos Hasenbalg, autor que também desenvolveu profundas investigações sobre o racismo no Brasil ao lado da filósofa e

³¹ Lia Schucman aponta que as produções acadêmicas do século XIX derivam de duas vertentes: a antropológica, a qual faz uma divisão dos tipos humanos a partir de uma certa evolução biológica, essa perspectiva considera a evolução do homem do seu estado mais natural - mais próximo da natureza - para um estado civil. E os estudos etnológicos, que pressupõem uma evolução cultural.

³² Lia Schucman aponta os conceitos *degeneração*, *miscigenação* e *biopoder* a partir de Michael Foucault Genealogia del racismo (1992), como sendo sobre *aquelas raças que constituem um perigo para o patrimônio biológico*. Degeneração é um conceito biológico que foi utilizado na interpretação de fenômenos sociais. Colaborou para que houvessem políticas de reformas sociais baseados no controle médico, segregação racial e de classe, favorecendo a eugenia, que utiliza o conhecimento sobre a hereditariedade para aprimoramento do gênero humano. Segundo a teoria de degeneração, a raça branca se tornaria fraca e infértil com a miscigenação.

antropóloga Lélia Gonzalez, elucidando como a divisão racial do trabalho permanece em nosso país. Segundo Carlos Hasenbalg (1979), a opressão racial é um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores e desmobilizá-los. Ele também aponta para os equívocos teóricos em torno dos estudos sobre a escravidão no Brasil, os quais colocam as pessoas negras como resultado da “cultura da pobreza”. Ou seja, não veem a pobreza como um efeito do racismo, pressupõem que a pobreza é a sua causa. São essas as perspectivas que reforçam o equívoco em relação à categoria raça, como imposta somente aos não brancos, como se naturalmente a pobreza e a violência habitassem e existissem em um determinado lugar, um corpo e uma cor.

A ideia da branquitude que a psicóloga social Lia Schucman desenvolve em seu trabalho pode nos oferecer ferramentas para a compreensão dos movimentos reacionários no Brasil, intensificados após o golpe político³³ que a presidenta Dilma Rousseff sofreu em 2016. O assassinato da vereadora, mãe, ativista lésbica e negra Marielle Franco e do motorista e amigo Anderson Gomes, em março de 2018, é mais uma faceta desse processo protagonizado pelo racismo, homofobia e machismo.

Mas então, como empregar a categoria “raça” na atualidade? Como os sujeitos que são vítimas da discriminação e preconceito por meio desta categoria irão se desvencilhar dela, ou criar novos significados? (SCHUCMAN, p. 94). As experiências das pessoas brancas e negras são construídas em um mundo racista que marca o negro sempre como “*o outro*”; a pessoa negra é constantemente remetida a si mesma por um terceiro. Deste modo, o racismo, por assim dizer, apropria-se da pele negra e dimensiona os indivíduos negros “*dentro de um coletivo homogêneo, sem refletir o universo das diferenças.*” (SCHUCMAN, p.92).

Lia Schucman destaca a importância da categoria “raça” para os movimentos sociais negros envolvidos na luta antirracista. Ao serem discriminados por meio da categoria raça e racismo, se faz necessária a utilização do conceito, para ressignificar positiva e politicamente a imagem das sujeitas e sujeitos em torno da negritude. É preciso considerar também que a autodepreciação e o auto-ódio, são construídos na deterioração das suas imagens e corpos.

A identidade assume caráter central para a defesa de grupos e coletividades. A noção

³³ Sob ataques misóginos e machistas, sejam eles virtuais ou no mundo físico, inclusive nos espaços institucionais, a presidenta Dilma sofreu impeachment. A população brasileira tem sofrido as consequências políticas, sociais e econômicas, como a PEC que prevê o teto de gastos públicos, retirando e congelando o financiamento da educação e de ações em defesa da população negra, indígena, quilombola, LGBTQIA+, crianças e mulheres por vinte anos. Período também que trabalhadoras e trabalhadores foram afetados pela Reforma Trabalhista de 2017, assim como pela Reforma da Previdência de 2019.

de identidade coletiva que Lia Schucman utiliza é aquela “*definidora das fronteiras entre quem somos nós e quem são os ‘outros’ e, portanto, só existe em relação a uma alteridade*” (SCHUCMAN, p.93). Nesse caminho a identidade não pode ser considerada a partir de características fixas, deve ser considerada como síntese das identificações múltiplas. Em contrapartida às noções essencialistas e biológicas de raça, Lia Schucman utiliza o conceito de “*raça social*”, tal como é tomado por Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (1999c), enquanto um “*constructo social*”. Esse constructo é promovido pela ciência moderna e faz parte das construções sociais, reproduz a ideia de raça para funcionar como mecanismo de hierarquização de grupos, reproduzindo diferenças e privilégios baseados em interpretações equivocadas das identidades.

Nesta primeira parte do segundo capítulo, trouxe considerações da pesquisadora Lia Vainer Schucman a respeito do conceito de *raça* na dimensão das relações raciais. Ela nos mostra como as estruturas de poder são estabelecidas a partir da sua produção e reprodução. Sendo assim, esta categoria política desempenha papel central para os movimentos negros, pois uma vez que “*o racismo é atualizado, perpetuado e legitimado pelo conceito de raça, é através desta categoria política que a luta antirracista deve ser articulada*”. (SCHUCMAN, p.102).

Ao articular a luta antirracista na significação positiva em torno da negritude é possível redefinir o conceito de raça, definindo-se as fronteiras das identidades, reafirmando os seus fazeres, saberes e conhecimentos, numa afirmação que não homogeneiza nem padroniza os corpos, mas expressa suas multiplicidades refletindo as diferenças.

Segundo a autora, a categoria raça usada pelos sujeitos e sujeitas negras, para se unirem em torno da ressignificação positiva, foi condenada pelas ‘elites’ intelectuais e políticas brasileiras desde 1930. Nesse cenário o discurso da democracia racial e mestiçagem permanece sendo utilizado de forma ideológica, pois se condena a luta da identidade racial polarizada, mas não se apaga as desigualdades entre brancos e negros na sociedade brasileira.³⁴

³⁴ Os dados do genocídio da população negra, como mencionado na introdução, revelam que 80% das pessoas travestis e transexuais assassinadas no Brasil são pretas e pardas (ANTRA 2017). Segundo o Atlas da Violência 2021, 76% das vítimas de homicídio no Brasil são pessoas negras. No mesmo relatório, dados apontam aumento de 9,8% nas taxas de homicídios de indígenas (Ipea). Em 2017, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu no Brasil a campanha “Vidas Negras”, na qual apontou os dados do Mapa da Violência, divulgados pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). Segundo o relatório, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. Os índices de feminicídio no país, segundo o 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, apontam que a cada 3 mulheres mortas em 2020, 2 eram negras. 81,5% foram mortas por companheiros ou ex-companheiros.

BRANQUITUDE

Farei referência agora ao segundo capítulo da obra de Lia Schucman, no qual ela mostra ser necessária a compreensão da raça e do racismo na constituição da branquitude. A autora afirma ser necessária a compreensão dos brancos e de suas produções racistas “*em busca de compreender como o racismo é profundamente subjetivado em nós*”. (SCHUCMAN, p. 27). Para ela, a identidade branca é constituída pela ideia de raça e racismo, e são as sujeitas e sujeitos brancos os principais reprodutores dessa estrutura racializada, uma vez que são agentes de discursos, ações e subjetividade racista. Posto que há um lugar social e subjetivo a partir do qual realizamos nossas ações, a autora lança perguntas que compõem o pano de fundo e que guiam sua investigação sobre branquitude: O que é ser branco? Quem é o branco? Há “o branco”? Como a ideia de raça e racismo constituem essa identidade? Como a branquitude é construída?

Para compreender os mecanismos de ação da branquitude e como as estruturas de poder são construídas, destaco a revisão histórica e conceitual feita pela autora. Durante o século XX houve uma virada epistemológica nos estudos raciais, “*tomando como centro de análise o branco e branquitude como parte e protagonista do racismo*” (SCHUCMAN, 2020, p. 53). A partir da premissa de que a branquitude é um constructo ideológico de poder, Lia Schucman considera o conceito ideologia, tal como definido pela filósofa Marilena Chauí (1984):

“um ‘fato’ social justamente porque é produzido pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de ideias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira de produção das ideias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais”. (SCHUCMAN, 2020, p. 50).

Branquitude, assim, se refere a um espaço de poder, de vantagens produzidas para que pessoas brancas, em sua maioria, sejam sistematicamente beneficiadas em detrimento das populações não brancas. Abre-se espaço para compreender como os direitos e acessos da

população negra estão ligados de forma direta à vantagem construída em torno da identidade racial branca. A ideia de raça faz com que haja uma distribuição desigual de poder e de recursos entre as pessoas brancas e não brancas. Essas ideias são produzidas historicamente por processos psicossociais de identificação, é assim que a racialização da pessoa branca assume significação própria por meio da branquitude.

Quem é o branco? A pessoa branca também está situada num tempo e localização, o que é considerado “branco” nos Estados Unidos é diferente do “branco” no Brasil, como exemplo. A brancura de cada um será medida a partir de uma modelagem. Em nosso país a aparência, os traços fenotípicos e as condições econômicas e sociais criam critérios específicos para demarcar a ideia de raça e quem são os brancos. Em sua tese de doutorado, Lia Schucman entrevistou 14 pessoas que se autodeclaram brancas e que compõem a classe média paulistana. Observou a relação da categoria raça com poder e hierarquias, observando, assim, que há um ordenamento, a partir da branquitude, sobre os corpos brancos.³⁵

A classe social e as condições de vida dividem as sujeitas e sujeitos brancos; ela identifica nas falas de seus entrevistados quem é o “branco ideal”, “branco encardido”³⁶, o “branco” e o “branquíssimo”. Há níveis de classificação da brancura, em que uns são mais ou menos brancos do que outros. A ideologia do branqueamento e os discursos sobre mestiçagem afeta todas as pessoas, criando hierarquias sob a ideia de pureza racial. Percebe-se que essas categorias não são consideradas apenas a partir das diferenças de poder entre pessoas brancas pobres, da classe-média e ricas, pois *“quando comparamos brancos pobres com negros pobres, percebemos que os significados construídos em torno da pertença racial branca asseguram privilégios e vantagens em diversos setores sociais.”* (SCHUCMAN, p. 200).

Lia Schucman aponta que não é o caso de se considerar a identidade racial branca como visível ou invisível para as pessoas brancas. Não é porque a ‘raça branca’ é tomada como “neutra e padrão”, que a raça seja invisível para as pessoas brancas ou que não são conscientes de serem brancas. Enquanto ideologia, a branquitude estrutura as relações de poder, fazendo com que a população branca esteja imersa na construção psicossocial de identificação em torno da branquitude. Contrapondo essa perspectiva da visibilidade ou não da raça, Schucman argumenta que a identidade branca *“dependendo dos interesses ela é anunciada ou tornada visível”*. (SCHUCMAN, 2020, p. 62). A autora afirma que há uma

³⁵ A ideia de corpo branco é marcadamente heterossexual, cisgênero, neurotípico, magro, sem deficiência e burguês; entretando, esse corpo está atrelado a toda uma conjuntura social, moral, psíquica, emocional e status construído, as *corporeidades* pressupõem uma localização e movimento.

³⁶ (SCHUCMAN, p. 156)

intensa visibilidade da cor e de traços fenotípicos, somados a estereótipos morais e sociais, que hierarquizam a população negra, assim como cria categorias e níveis de branquitude para as pessoas brancas. Ela defende que a identidade racial branca só existe em relação a outras identidades, a partir de hierarquias e poder.

A psicóloga conclui que desta forma “*a visibilidade ou invisibilidade aparecem nos momentos em que os sujeitos adquirem privilégios por serem brancos.*” (SCHUCMAN, p. 63). Para a autora, a ideia de privilégio é fundamental para a compreensão da branquitude e dos modos por meio dos quais os sujeitos brancos agem para que sejam mantidos. É o modo como a sua identificação com a branquitude irá operar que determinará o acesso aos privilégios. As sociedades eurocêntricas tendem a reproduzir padrões culturais dos grupos dominantes como únicas formas de existir e estar no mundo. A supervalorização da branquitude é difundida pelos aparatos de controle do Estado, seja em casa, na escola, na rua, na igreja, nos espaços públicos e nos meios de comunicação de massa. Os privilégios simbólicos e materiais adquiridos a partir da supervalorização da branquitude passa pelo reconhecimento e exaltação de determinada condição socioeconômica, determinados valores morais, comportamentos e expressão religiosa, os quais formam uma noção estética e uma construção de imagem do que é belo, bom e justo.

Para a população branca, dirá Schucman, há maior facilidade de acesso ao emprego, hipoteca, habitação, educação e transferência de riqueza herdada entre as gerações das famílias brancas.³⁷ Quem acessa cargos de prestígio social e melhor remuneração? Quem consegue crédito e financiamento bancário? E educação, quem consegue acessar o ensino superior?³⁸ Os privilégios materiais e simbólicos podem ser adquiridos e reproduzidos pela branquitude, pois desempenham papel fundamental no processo de identificação das e dos

³⁷ (SCHUCMAN, p. 63)

³⁸ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021, mostra que a metade mais pobre da população vive com uma renda média de R\$ 850 por mês. Os 5% mais pobres, ou cerca de 4,5 milhões de pessoas, recebem R\$ 165, em média, por mês. Já os 1% mais ricos, cerca de 900 mil pessoas, ganharam em 2019 R\$ 28.659 por mês. O valor equivale a 33,7 vezes a média da metade mais pobre. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/10-mais-ricos-ficam-com-43-da-renda-nacional-diz-ibge.shtml>> Acesso em 18 de Junho de 2022. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (2010-17) da ONU, 1% mais rico concentra 28,3% da renda total do país. O Brasil fica atrás somente do Catar, em que o índice é de 29%. G1, 2019. ONU: *Brasil tem 2ª maior concentração de renda do mundo*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>>. Acesso em: 04 de Junho de 2022. Somo esses dados às disparidades mostradas pelo Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil nos anos de 2007-8 mencionado pela autora, o qual demonstrou que os brasileiros vivem em “Brasis” distintos, enquanto “o IDH médio do país equivale à 44ª posição do mundo, para a população negra essa colocação caiu para o 104º lugar.” (SCHUCMAN, p. 64).

sujeitos. Sem uma autoconsciência enquanto sujeito racializado e das estruturas da branquitude, não há possibilidade de questionamento das vantagens raciais adquiridas.

A experiência e articulação dos privilégios resulta no que **Maria Aparecida Bento**³⁹ chama de pacto narcísico (2002). Em sua abordagem e estudos referentes à branquitude e relações raciais, Cida Bento aponta que brancos e brancas produzem alianças em torno da branquitude. Ela nomeia de “pacto narcísico da branquitude” as alianças inconscientes entre grupos, os quais promovem silenciamento e negação do problema racial, pela “*permanente exclusão cognitiva, moral, afetiva, econômica e política do negro no universo social*”. (SCHUCMAN, p. 71).

A busca por uma lógica subversiva, diante do racismo, torna-se necessária para desmontar as estruturas propagadoras de opressões. A formação de uma branquitude crítica passa pela compreensão das alianças criadas pelo pacto narcísico. Para compreender o lugar da pessoa branca na luta antirracista, é necessário sair da lógica culpabilizadora e assumir a responsabilidade coletiva. Uma postura política em defesa da vida e das diferenças. Se faz necessária negociações com a branquitude, uma vez que são forjadas no poder. Segundo Schucman, “*cada sujeito produz sentidos para sua brancura através de identificações diversas, na sociedade em que estão inseridos*” (SCHUCMAN, 2020, p. 185), por meio de processos psicossociais de identificação pautados no racismo construído nas sociedades contemporâneas. É necessário que haja mediações com outros grupos raciais em suas experiências de vida, pois segundo ela, não tem como haver consciência da branquitude sozinha/o/e.

Essa tomada de consciência pode ocorrer por meio das artes, da educação, da cultura e dos saberes produzidos por pessoas negras, indígenas e quilombolas e, acrescentando, também os saberes produzidos por pessoas brancas que refletem criticamente sobre sua condição racial, social, política e econômica. Além da vivência de relações de afeto não hierarquizadas, que permitam um “*deslocamento de si para uma outra posição subjetiva, a de perceber a alteridade nem como inferior nem como superior ou com qualquer conteúdo a priori, mas apenas como alteridade*” (SCHUCMAN, 2020, p. 191).

Em 2021, Renata Polidoro Aguiar⁴⁰ escreveu o artigo “*Do Pacto ao Pa[r]to Narcísico: Identidade Branca em Florianópolis/SC*”, a partir dos conceitos de pacto narcísico

³⁹ Psicóloga formada pela FB Uni (Fortaleza/Ceará), especializada em psicologia social (PUC|SP) e psicologia escolar (Usp).

⁴⁰ Graduanda do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: repolidoro@gmail.com. Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Psicologia da Unisul. 2021. Orientadora: Prof^a Zuleica Pretto, Dra.

de Cida Bento e de branquitude de Lia Schucman, e elabora o que nomeia de *pa[r]to narcísico*. Fazer o *pa[r]to narcísico* da branquitude, segundo Renata Polidoro, é buscar ativamente outros espaços e interações. Ela o chama de microrrevoluções, nas quais pessoas brancas podem ressignificar a sua branquitude e romper com o pacto narcísico, para a formação de uma identidade branca antirracista. A microrrevolução da pessoa branca que “*para além de ressignificar sua branquitude, também estabelece ações frequentes que destinam recursos próprios para propiciar diretamente que uma pessoa negra tenha mais oportunidades.*” (POLIDORO, 2021, p. 26).

Lia Schucman explica que a branquitude, por ser um constructo de poder, funciona por meio de negociações. A pessoa branca pode, constantemente, negociar com a branquitude. Assim, pode-se subverter o pacto narcísico, em favor da desconstrução do racismo e da produção de efeitos práticos no dia a dia e na rotina. Destaco a necessidade de aprofundar e ampliar a compreensão do pacto narcísico, pois limita-se neste trabalho. Sobre a noção de destinação de recursos, é necessário questionar ao que se refere, para não reforçar as próprias nuances do pacto, abarcando a responsabilidade do Estado nas garantias fundamentais.

Neste capítulo me apoiei fundamentalmente nas investigações de Lia Vainer Schucman. A partir da psicologia social ela nos traz contribuições importantíssimas a respeito da branquitude, principalmente para que pessoas brancas experimentem ações insurgentes, em favor de uma ação antirracista. Segundo a autora, a ideia de raça é elemento importante na reprodução das classes sociais, acompanhada de um conjunto de práticas exploratórias que estruturam o racismo para que se consolide. É nesse contexto que a população branca recebe os dividendos do racismo, sejam recompensas simbólicas ou materiais. Tomemos como exemplo o seguinte: de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2019, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos (ou seja, 56,2% da população é negra) e 1,1% como amarelos ou indígenas.⁴¹ Somo a essas considerações o relatório publicado em 2021 pela faculdade de economia da USP, no qual todas as mulheres negras do país, que representam 26% da população total, ficam com apenas 14,3% da renda nacional, montante inferior àquele

⁴¹ IBGE Educa. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2012-19. *Conheça o Brasil - População: Cor ou Raça*. <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelos%20ou%20ind%C3%ADgenas.>> Acesso em: 18 de Junho de 2022.

recebido majoritariamente pelos homens brancos do 1% do topo, que se apropriam de 15,3% da renda e representam 0,56% da população total.⁴²

As disparidades nos índices sociais e econômicos que trouxe para este trabalho não são tomadas a partir do esvaziamento de seus significados. As vidas das pessoas não podem ser mencionadas sem considerar suas trajetórias experienciadas e marcadas pelo racismo. Os conceitos também podem nos levar para caminhos que colaborem com os mecanismos de opressão. A ideia do “pacto narcísico” descrito por Maria Aparecida Bento (2002) é retomada por Lia Schucman, na qual as alianças entre brancas e brancos são produzidas em torno da branquitude, valorizando suas identidades por meio da “*permanente exclusão cognitiva, moral, afetiva, econômica e política do negro no universo social*”. (SCHUCMAN, p. 71). Isso faz com que a presença da branquitude dentro das instituições se funde na contínua conquista do poder concreto e simbólico, dos privilégios materiais e simbólicos, estando na parte visível ou oculta dos sistemas.

A partir do exposto por Lia Schucman, compreende-se a necessidade de deslocar os brancos do lugar hegemônico de única identidade e deslocar para o campo do sujeito que assume sua condição de racializados pelas estruturas de poder. A constituição dessa ideologia faz com que sejam perpetuadas classificações hegemônicas e homogeneizadoras, que distribuem, principalmente, 'os sujeitos' de forma dicotômica no par preto/branco. Lia Schucman afirma que há uma forma histórica que determina as relações sociais pautadas na ideia de raça, fazendo com que as desigualdades sociais, econômicas e políticas sejam estruturadas pelo poder. No que cabe à noção do pacto narcísico da branquitude, Cida Bento afirma que de forma involuntária ou não, as pessoas brancas obtêm os privilégios simbólicos em torno da sua pertença racial.

⁴² Segundo relatório do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), da Universidade de São Paulo (FEA/USP). *Quanto fica com as mulheres negras? Uma análise da distribuição de renda no Brasil*. 13 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/12/npe018.pdf>> Acesso em: 18 de Junho de 2022.

CAPÍTULO 3 - LÉLIA GONZALEZ, FILÓSOFA E INTÉRPRETE DO BRASIL

Neste capítulo centralizo as produções e contribuições da filósofa Lélia Gonzalez, pois suas produções são indispensáveis para a interpretação do Brasil. Ela oferece conceitos importantes para a compreensão das relações raciais em nosso país, assim como faz parte da construção do meu fazer filosófico e letramento racial. A partir dos anos 1970, Lélia analisa o discurso da democracia racial e a forma como opera no Brasil. A autora chama atenção para o *mito da democracia racial*, compreendendo que a ideologia do branqueamento fundamenta o racismo no Brasil. Para Lélia, o colonialismo e imperialismo europeu forjaram no Brasil, e em outros países da América Latina, produções de ocultamento e negação do racismo.

Apoiada em categorias da psicanálise, Lélia Gonzalez compreende as relações de poder que retiram de cena a contribuição das pessoas negras para a história do nosso país. No texto *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1983), a filósofa defende a tese de que a neurose cultural brasileira tem o racismo como seu sintoma. Na primeira parte do capítulo, identifiquei os elementos presentes no pensamento de Gonzalez que mostram como o racismo forma ideologias de dominação. Sua manutenção é feita pelo que Lélia chama de racismo por denegação. Sendo legitimadas pela produção acadêmica do século XX, pelo Estado e pelos meios de comunicação de massa, as estruturas dominantes justificam o racismo para ampliar e manter suas esferas de controle, criando mecanismos de ocultamento e negação da negritude, que se atualizam. Oculta-se a realidade vivida por milhares de brasileiras e brasileiros negros (pretos e pardos), indígenas e quilombolas. A ideologia do branqueamento cumpre seu papel para dar continuidade ao mito da democracia racial.

Na última parte do capítulo destaco a categoria político cultural de *amefricanidade*, desenvolvida nos textos de Lélia Gonzalez para romper com as fronteiras ideológicas, territoriais e linguísticas criadas pelo mundo capitalista e pela herança colonial. A fim de colaborar com a desconstrução das representações essencialistas sobre as mulheres e homens negros, Lélia propõe uma redefinição conceitual, de pensamentos e práticas, as quais levem em conta os processos históricos de intensa dinâmica cultural, que torna as *amefricanas* detentoras de significados por resistirem ao impacto colonial e neoliberal.

Para compreender como a branquitude se articula em detrimento da população negra,

trago os apontamentos e destaques feitos pela autora. Ela denuncia em seus trabalhos as recompensas e vantagens que a população branca recebe como dividendos do racismo, mesmo aquelas sem propriedade dos meios de produção possuem privilégios simbólicos.⁴³ Para a filósofa, tanto o racismo quanto o sexismo partem de diferenças biológicas para se estabelecerem como ideologias de dominação.⁴⁴ Gonzalez se refere ao pensamento do filósofo Louis Althusser, o qual descreve que a ideologia *tem por objeto manter os sujeitos em seus lugares no sistema de exploração de classe*. O racismo é tomado por Lélia Gonzalez como uma construção ideológica justamente pelo discurso de exclusão racial ser interpretado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que se beneficiam da sua manutenção, a população branca dominante.⁴⁵ É operado um discurso de exclusão que determina as condições de visibilidade e invisibilidade da população negra, indígena e quilombola brasileira. Pessoas transexuais, lésbicas, gays, bissexuais, intersexuais e as travestis também são escamoteadas dentro da lógica da dominação colonial. Como se mostra, como se conta e o que se conta revela que raça, gênero, sexualidade e classe são determinantes para as condições de visibilidade e invisibilidade de identidades, saberes e produções no mundo. Como são as narrativas que a ideologia de dominação dá visibilidade? Quais são sistematicamente invisibilizadas?

Em seu ensaio intitulado *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1983), a autora inicia com a epígrafe “*Cum é que a gente fica?*”. Nela, narra o convite feito por “*uns brancos muito legais*” para a festa de um livro sobre negras e negros. Foram “*bem tratados*” por uma gente “*muito fina, educada, viajada por esse mundo de Deus, que sabiam das coisas*”. Sob aplausos, com discursos que anunciavam a discriminação e exploração vivida pela população negra, mantinham várias das pessoas negras convidadas ao fundo, sem lugar para sentar junto à mesa. Uma das mulheres resolve intervir, questionar e denunciar o que estava acontecendo. “*Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se estavam ali, na maior vontade, ensinando uma porção de coisas pra gente da gente?*”.

A forma como Lélia inicia seu ensaio abre espaço para questionarmos como o mito se estabelece. É de tal forma que a população branca nomeia, descreve e dita o que é ser negro no Brasil. De um jeito embranquecido, nos moldes e regras dos espaços de poder da branquitude, limita-se a expressão dos corpos. As esferas de reconhecimento que a negritude

⁴³ Em *A juventude Negra Brasileira e a Questão do Desemprego* (1979, p.45) e *A Questão Negra no Brasil* (1981, p.183)

⁴⁴ Em *Por um feminismo afro-latino-americano* (1988, p. 139)

⁴⁵ Em *A Mulher Negra na Sociedade Brasileira: Uma Abordagem Político Econômica* (1979, p. 49)

pode gerar ao ocupar os espaços com suas identidades, fazeres e saberes são invisibilizadas. O que o mito da democracia racial oculta? O que ocorreu para que tenha tido ampla aceitação e divulgação no Brasil?

Para compreender essas influências no pensamento do Brasil, Lélia Gonzalez menciona o sociólogo e historiador Gilberto Freyre como um exemplo de ciência produzida no século XX que legitimou o racismo. Lélia menciona o autor porque ele é o principal defensor da teoria da *miscigenação*, a partir da ótica da branquitude e da modernidade colonizadora. Suas produções a respeito das relações raciais no Brasil colônia defenderam a miscigenação enquanto uma “mistura” de “raças”. Suas bases são fundamentadas nos mesmos parâmetros racistas do eurocentrismo, que ganham força desde o final 1890 e persistem durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937 - 1945)⁴⁶, cenário no qual Oliveira Vianna tornou-se um grande ideólogo e defensor da ideologia do branqueamento, a vista de embranquecer a população brasileira, promovendo e defendendo a eugenia.⁴⁷ A autora também cita as análises realizadas pelo sociólogo José Nun a respeito do “realismo ideológico” difundido pela burguesia paulista durante o Governo Goulart (1961 - 1964). Para a ‘elite’ política e econômica, os trabalhos de alfabetização no Nordeste eram vistos como riscos políticos e custos financeiros.⁴⁸ Ainda mais por representar um número maior de eleitores, pois a população analfabeta não tinha direito ao voto, em sua maioria negras e negros.

O mito da democracia racial difunde a crença de que o Brasil, por ser um país miscigenado, está livre do racismo e preconceitos raciais.⁴⁹ Formula-se uma falsa consciência nacional⁵⁰, na qual raça é uma categoria instrumentalizada para beneficiar brancos em detrimento de negros, ao mesmo tempo que padroniza os indivíduos e identidades, de forma homogênea e fixa. As pessoas são excluídas e diferenciadas de acordo com os interesses dominantes, sendo tomados como objetos e não como sujeitos. Lélia descreve que a população negra é reduzida e infantilizada, ao passo que não se tem direito à voz própria.⁵¹ As

⁴⁶ Lélia afirma em seu *Discurso na Constituinte* (1987) que Getúlio Vargas, como representante das elites açucareiras, apresentava-se para o Brasil numa perspectiva paternalista.

⁴⁷ *Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Linguísticos e Políticos da Exploração da Mulher* (1979)

⁴⁸ Período do chamado “Milagre Brasileiro”, ocorreu entre 1968 e 1973, promovido pela Ditadura Militar e mencionado em *Mulher Negra* (1984)

⁴⁹ *A Mulher Negra na Sociedade Brasileira: Uma Abordagem Político Econômica* (1979)

⁵⁰ *A Mulher Negra no Brasil* (1995)

⁵¹ Lélia utiliza o conceito *infans* a partir da psicanálise. Essa criança, esse *infans* é a cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. *Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Linguísticos e Políticos da Exploração da Mulher* (1979)

multiplicidades de suas vivências são ocultadas pelo racismo, uma vez que a construção ideológica determina qual ótica se dará às opressões, homogeneizando as experiências, por exemplo ao firmar a crença que a pobreza e miséria possuem um ‘lugar e corpo natural’.

A ideologia do branqueamento estrutura o mito da democracia racial, evocando a miscigenação para fortalecer a crença de que o racismo não existe no Brasil e que discutir relações raciais e apontar o racismo em nosso país é uma exportação dos Estados Unidos, como se lá e apenas lá houvesse segregação, mas num passado, distante, não aqui e agora, porque aqui “*todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus.*”⁵² Segundo Carlos Hasenbalg, sociólogo que desenvolveu pesquisas ao lado de Lélia, “*no registro que o Brasil tem de si mesmo o negro tende à condição de invisibilidade*”⁵³, cujas raízes estão numa visão eurocêntrica e neocolonialista.

Como uma das co-fundadoras do Movimento Negro Unificado, a autora destaca o papel fundamental dos movimentos que se mobilizam em diferentes grupos para discutir sobre o racismo e suas práticas. Suas produções em torno da categoria raça, gênero e classe apontam para as emboscadas de um feminismo e esquerda⁵⁴ que não leve em consideração as dimensões das relações raciais. Para ela, para se compreender o real se faz necessário atingir o simbólico, mobilidade que necessita de um intercruzamento de categorias. Lélia Gonzalez reforça a potência da articulação dos movimentos negros nos anos 1960 e 70. A organização das mulheres negras no processo de transformação social desempenhou papel fundamental, porque denunciava posturas ideológicas equivocadas, que descartam a possibilidade de diálogo e que explicitam uma posição política sustentada pelo racismo.

Práticas racistas estão constantemente presentes no dia a dia das famílias. Vagas de emprego que buscam “boa aparência” pune homens e mulheres que não correspondem às imposições do embranqueamento, uma vez que “boa aparência” significa que os candidatos devem pertencer ao grupo racialmente dominante das decisões de poder, ou seja, quanto mais fazem referência ao fenótipo branco europeizado, melhor classificadas serão. As crianças e jovens negros tomam consciência do mito ao frequentarem à escola, pois são constantemente submetidos às investidas da ideologia do branqueamento. Suas famílias são sistematicamente

⁵² Racismo e sexismo na cultura brasileira (1983)

⁵³ Racismo por Omissão (1983)

⁵⁴ A esquerda tradicional se opunha à repressão da ditadura militar, mas não denunciava o assassinato da população negra e sua constante perseguição no país. A autora cita como exemplo seu próprio partido da época, o Partido dos Trabalhadores, que silenciou a questão racial em sua programa de campanha de 1982, ao falar sobre os dez maiores problemas do país e não citar as dimensões do racismo, deixando por último a questão da mulher, mas se referindo apenas às mulheres brancas.

consideradas “desajustadas”, fazendo com que crianças e jovens negros sejam submetidos a estigmas raciais, com sua saúde física e psicológica negligenciadas, sendo constantemente patologizados. Alimentam uma vergonha de si mesmas, produzindo auto-ódio, por serem negras, e ao adentrarem às universidades continuam passando por um processo de perda da identidade promovida por professores autoritários, *que desprezam a pobreza, a negritude, em nome de práticas e métodos tidos como de ‘excelência’*.⁵⁵ Portanto, realizam a manutenção das estruturas da branquitude, hierarquizando e categorizando também estudantes brancos/as.

O mito da democracia racial reforça a ideologia do branqueamento, dando continuidade à uma tradição ideológica deformadora e dicotômica. É difundido e disseminado em nossa sociedade, adentrando os espaços privados e públicos. Submete a população como um todo a classificações baseadas na categoria raça, embranquecendo e invisibilizando o fazer e o pensar da população negra. Segundo Lélia Gonzalez, *o processo de miscigenação é a expressão mais acabada do mito da democracia racial*⁵⁶, enquanto discurso e modo de representação, ele oculta as realidades vividas pelas populações negras no Brasil em suas multiplicidades. A autora menciona a filósofa Marilena Chauí para descrever que há uma relação, um *duplo nó*⁵⁷ existente entre a democracia racial e a ideologia do branqueamento. Segundo a professora, *“o duplo nó consiste em afirmar e negar, proibir e consentir, alguma coisa ao mesmo tempo”*. Essa negação e afirmação são elementos centrais para compreendermos o destaque psicanalítico dado por Lélia para analisar o racismo no Brasil.

O mito da democracia racial é produzido e reproduzido, reforçando continuamente a ideologia do branqueamento. O Brasil, como uma sociedade de classes fundada no racismo, utiliza da cor da pele para perpetuar sua ideologia hierárquica, mantendo “cada um no seu lugar”. A ideologia é uma representação do real, mas é tendenciosa porque não tem como objetivo fornecer um conhecimento objetivo sobre o sistema social que vivemos, o que se insere são representações mistificadas das histórias de vida, se negando o direito à memória e identidade. Lélia nomeia de *terrorismo cultural imperialista*⁵⁸ o modo como a ideologia do supremacismo branco se perpetua. Esse imperialismo cultural descreve pessoas negras com imagens e expressões negativas. Também se justifica a indiferença em relação às pessoas

⁵⁵ *A Mulher Negra no Brasil* (1995, p.158)

⁵⁶ *Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Linguísticos e Políticos da Exploração da Mulher* (1979, p.38)

⁵⁷ *A Mulher Negra no Brasil* (1995)?;

⁵⁸ *Nanny: Pilar da Amefricanidade* (1988)

negras, as culpabilizando por sua situação social, sua vulnerabilidade econômica e política.

Os mecanismos do branqueamento atuam no nível do inconsciente, estruturando os papéis e lugares de gênero de modo estereotipado. Ou seja, a ideologia faz com que não haja espaço para as diferenças. Faz com que a população negra, indígena, quilombola, branca, LGBTIA+, deficientes e neuroatípicas sejam vistas como um corpo homogêneo.

Lélia Gonzalez deixou um legado fundamental para a interpretação do Brasil, principalmente por considerar o eixo sul global e suas resistências, que se diferenciam das experiências estadunidenses e européias. As considerações realizadas por Gonzalez relacionam as categorias raça, gênero e classe, anunciando a interseccionalidade das categorias, ponto importante para mostrar o que é ocultado pelos instrumentos de dominação. Citando **Abdias Nascimento**, Lélia afirma: “*se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira?*”⁵⁹. Lélia Gonzalez responde o autor afirmando que a contribuição negra para a humanidade é retirada de cena, ou seja, recalcada. Lélia Gonzalez se apoiou na psicanálise para desenvolver suas pesquisas e atuar na militância, sua tese defende que *o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira*. O que fica em seu lugar são as *ilusões que a consciência cria para si mesma*.⁶⁰

Para ela, os discursos parciais são produzidos por obstáculos epistemológicos causados pelo recalçamento e alienação. Embora o sujeito formule seus desejos e pensamentos, que estavam até então tirados de cena, continua a negar algo que lhe constitui, continua se defendendo. A denegação é o esquecimento e a retirada de cena. O racismo por denegação demonstra como as pessoas negras estão sujeitas a estarem alienadas de si mesmas, fazendo com que se negue a existência do racismo porque *nunca quis sentir ou perceber nada disso* consigo mesmo.⁶¹ Segundo Lélia, são os ocultamentos e formas “disfarçadas” de racismo que fazem com que ele seja denegado, como exemplo por feministas brancas brasileiras e demais movimentos dos setores progressistas. Por isso a importância dos movimentos de insurgência em recontar o passado histórico, uma vez que que é recalçado por uma história que só fala dos opressores.

Para a filósofa, se as análises teóricas permanecerem sob os pares dicotômicos branco/negro, homem/mulher, continuaremos denegando o racismo e ocultando que “*ser*

⁵⁹ *Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Linguísticos e Políticos da Exploração da Mulher* (1979)

⁶⁰ *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1988)

⁶¹ *A Esperança Branca* (1982)

negra e mulher no Brasil é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexismo a colocam no nível mais alto de opressão.”⁶² Suas considerações não apontam uma hierarquia quantitativa e qualitativa de opressão, elas chamam atenção para as contradições e ambiguidades presentes dentro dessas relações. Ao mesmo tempo, eliminar as ambiguidades é equivocado, é necessário identificá-las para compreender as relações de poder evocadas, uma vez que pode encobrir e ocultar, por exemplo, a exploração da mulher negra pela mulher branca.

Lélia Gonzalez centraliza em seus textos o papel dos meios de comunicação de massa na promoção do racismo, justamente por difundirem de forma homogênea concepções totalizadoras das identidades negras no Brasil, sob a ideologia do branqueamento e mito da democracia racial. Lembrando da consideração feita por Florestan Fernandes que “*o brasileiro tem preconceito de ter preconceito*”, a autora pergunta por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo?

Lélia aponta como os meios de comunicação de massa desempenham papel fundamental para reproduzir a crença em classificações e valores da cultura ocidental branca e patriarcal, como sendo as únicas verdadeiras. Como aparelho ideológico tradicional e “*no seu liberal paternalismo, querem impor ao povo seus valores (deles) decadentes*”.⁶³ Os sistemas de representação, classificação, valoração e significação remetem o Brasil a uma cultura dominante, fazendo com que seja imposta à sociedade uma visão alienada de si, valorizando características de um país escandinavo e europeu.

Um dos exemplos de destaque que Lélia aponta, por cumprir papel fundamental na exaltação do mito da democracia racial supostamente existente em nosso país, é o Carnaval. Especulações financeiras podem ser vistas nas Escolas de Samba, as quais historicamente compõem o símbolo de resistência em nosso país, mas sob o olhar da grande mídia tem seus símbolos cooptados e embranquecidos. Enquanto há repressão contínua e sistemática em nosso país, a mulher negra é retirada do anonimato e transformada em uma “Cinderela”. Segundo Gonzalez, é no Carnaval que os corpos negros e suas culturas são exaltados, beneficiando secretarias e empresas de turismo.⁶⁴

Lélia Gonzalez centraliza a mulher negra em seus estudos, para compreender como o racismo desintegra suas identidades, uma vez que os campos de aparição dos corpos negros

⁶² *A Mulher Negra na Sociedade Brasileira: Uma Abordagem Político Econômica* (1979)

⁶³ *Mulher Negra* (1984)

⁶⁴ *De Palmares às Escolas de Samba, Tamos Aí* (1982)

são criados pelo poder hegemônico. É no contexto do mito da democracia racial que o carnaval e futebol são utilizados como “provas concretas” da harmonia existente. O Carnaval é investigado pela autora porque é nesse período que a mulher negra se transfigura e se desloca de sua invisibilidade para adentrar o campo de aparição. Para se tornar uma figura de adoração, suas outras identidades são denegadas pela colonialidade e branquitude. O mito da democracia racial faz com que se estabeleça um “lugar natural” para a mulher negra, como doméstica, merendeira, servente, trabalhadora de supermercados, asilos e hospitais. Por que desempenham atividades que não podem ser vistas? Suas trajetórias e identidades são abandonadas quando esses corpos se configuram na figura da “mulata”⁶⁵, como criação do poder hegemônico. Lélia Gonzalez afirma que assim como as escolas de samba e demais símbolos sofrem apropriação, o corpo da mulher negra é objetificado e transformado em um produto de exportação e consumo.

O corpo da mulher negra também é transfigurado na figura da *doméstica* e da *mãe preta*. Enquanto doméstica, a mulher negra se depara com a situação de sujeição às famílias de classe média branca, interiorizando a inferioridade em relação à sua raça e ofício. A empregada doméstica, enquanto “mucama permitida”, *só faz cutucar a culpabilidade branca porque ela continua sendo mucama com todas as letras*.⁶⁶ A filósofa aponta como a emancipação econômica e cultural da patroa branca, dentro do sistema de dupla jornada, ocorre sistematicamente às custas da mulher negra, que permanecem fixas no trabalho doméstico e espaço privado. A exploração das trabalhadoras domésticas não foi bem recebida na agenda do movimento de libertação das mulheres, por isso a importância de mulheres como Elza de Souza, que em 10 de maio de 1950 criou a Associação de Empregadas Domésticas, em defesa de seus direitos.⁶⁷

A figura da “mãe preta” colabora com estigmas relacionados às mulheres negras, as colocando como aquelas que a todos servem, com seu afeto e trabalho. O lugar de passividade descrito pelo poder hegemônico, oculta que é ela responsável pelo estímulo de negros e companheiros para a revolta. São elas que criam estratégias dentro das casas do colonizador branco, para a fuga e formação de quilombos.⁶⁸ Enquanto trabalhadora, continua a desempenhar as funções modernizadas da escrava, da mesma ‘mucama permitida’. Em seus núcleos familiares, vizinhança e territórios luta pelo sustento dos seus, luta por educação,

⁶⁵ A Mulher Negra no Brasil: mulata brasileira: uma categoria própria (1995)

⁶⁶ *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1983)

⁶⁷ *As Amefricanas do Brasil e sua Militância* (1988)

⁶⁸ *Mulher Negra, Essa Quilombola* (1981)

saúde, habitação e segurança sob as mais precárias condições de existência.

Apesar dos efeitos do colonialismo, imperialismo e racismo, são as mulheres negras responsáveis pela criação do que Lélia Gonzalez chama de “pretuguês”, marca da africanização do português falado no Brasil.⁶⁹ A filósofa demonstra como a linguagem desempenha papel fundamental na internalização de valores que fazem parte do nosso imaginário. Ela passou para o brasileiro branco as categorias das culturas negro-africanas de que era representante, faz com que o que seja afirmado como nacional seja justamente aquilo produzido culturalmente pela população negra: o samba e a feijoada, por exemplo. É “*ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira*”⁷⁰.

Omitir e não considerar a opressão racial é negar toda uma história feita de resistências e lutas, nas quais a mulher negra tem sido protagonista, graças à *dinâmica de uma memória cultural ancestral*. A respeito desse protagonismo e a partir do pensamento de Simone de Beauvoir, Lélia afirma “*a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, mas se tornar negra é uma conquista.*” (GONZALEZ, p. 269). Ela destaca também a percepção de resistência das amefricanas ao feminismo, por saberem mais de “*mulheridade do que feminidade, de mulherismo do que feminismo.*”⁷¹ Lélia Gonzalez descreve que a mulher negra tem sido quilombola e aquilombado seus espaços de atuação, justamente porque a identidade cultural brasileira passa necessariamente pela identidade cultural negra. São elas a grande geradora na perpetuação dos valores culturais afro-brasileiros às novas gerações, são elas que garantem a sobrevivência de todo um povo.

Portanto, o mito da democracia racial assume seu impacto simbólico, ao dimensionar a participação negra, ao ocultar suas resistências e contribuições para a formação do patrimônio cultural nacional. Neste jogo de representações, as identidades e origens são embranquecidas, se nega e se desconhece as contribuições da população negra para a construção do Brasil. Segundo Gonzalez em sua contribuição para a constituinte, *um povo que desconhece a sua própria história, a sua própria formação, é incapaz de construir o futuro para si mesmo.*⁷²

Outro ponto marcado e muito destacado em textos de Lélia Gonzalez é a sua elaboração da categoria político-cultural de *amefricanidade*.⁷³ Para a autora, o Brasil é uma América Ladina. Ou seja, uma América Africana, cuja latinidade teve o T trocado pelo D.

⁶⁹ *A categoria político-cultural de amefricanidade* (1988)

⁷⁰ *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1983)

⁷¹ *A Importância da Organização da Mulher Negra no Processo de Transformação Social* (1998)

⁷² *Discurso na Constituinte* (1987)

⁷³ *A categoria político-cultural de amefricanidade* (1988)

Como sistema etnográfico de referência, a categoria se refere aos descendentes de africanos, à população sequestrada e explorada pelo tráfico humano dos projetos de colonização, como também faz referência aos que chegaram e estiveram nas américas antes da chegada dos colonizadores. Leva em consideração uma perspectiva histórica da cultura e experiência americana, que se diferencia da experiência dos que permaneceram e resistiram em África.

Lélia Gonzalez elabora a categoria político-cultural de Amefricanidade para ultrapassar as limitações territoriais, linguísticas e ideológicas, com a finalidade de refletir sobre uma realidade que não se restringe ao caso brasileiro. Para a autora, trata-se de uma categoria que incorpora o processo histórico de *intensa dinâmica cultural que é afrocentrada*. O próprio conceito permite ultrapassar as limitações territoriais, linguísticas e ideológicas, uma vez que a *Amefricanidade* se manifesta na elaboração de estratégias de resistência e movimento cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, como nos quilombos. Lélia chama atenção para como as amefricanas, mesmo subordinadas à inferioridade, são as participantes ativas nos movimentos de resistência e libertação. São as que compõem o proletariado afro-latino-americano. São porta-vozes da amefricanidade no Brasil, na busca por estabelecer um espaço de proteção à sua integridade e cidadania. Trazem a marca da libertação da subordinação racial, sexual e econômica.⁷⁴

No artigo publicado “*As mães negras têm as chaves da libertação nas mãos*” a professora **Luciana de Freitas Silveira** descreve:

“O que mais aborrece e entristece uma mulher negra na periferia é ver as/os suas filhas/os sem perspectivas de futuro. O que afeta, atravessa e adoce essas mães é perceber que elas, que saem todos os dias para manter o equilíbrio alimentar da sua prole, mesmo assim, são vencidas pelo sistema. [...] Temos sim nas mãos as chaves da libertação, como diz bell hooks, mas há momentos em que esta mãe se despedaça, e este momento é quando ela percebe que vai perder seus/as filhos/as para esse sistema que vai acabar com a utopia dos/as seus/suas. É por estas mães, é por mim, é por um lugar chamado de COMUNIDADE, PERIFERIA, MORRO, FAVELA, QUEBRADA, que venho aqui pedir: #manonãomate #manonãomorra”.

(FREITAS, 2020)⁷⁵

⁷⁴ *Por um feminismo afro-latino-americano* (1988)

⁷⁵ Luciana de Freitas. Portal Catarinas, 2020. *As mães negras têm as chaves da libertação nas mãos*. Disponível em: <<https://catarinas.info/as-maes-negras-tem-as-chaves-da-libertacao-nas-maos/>>. Acesso em: 05 de Junho de 2022.

A partir do exposto, compreende-se que *mulher* não pode ser um objeto unificado, uma categoria tomada a partir de um sujeito singular de conhecimento. Pois historicamente mulheres negras, indígenas e quilombolas desempenham o protagonismo nas lutas libertárias. São vidas experimentadas em suas multiplicidades, fazendo com as experiências das mães negras, mães de filhas e filhos negros, por exemplo, passem por experiências outras de maternagem. As lutas em nome da *mulher*, assim como as políticas públicas, devem se posicionar em eixos mais amplos, que assegurem educação, saúde, segurança e habitação às famílias compostas por pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTIA+, neuroatípicas, deficientes. Considerando as diferenças como potência em suas construções e movimentos.

No capítulo, demonstrei como o mito da democracia racial, fundado num paternalismo eurocêntrico das oligarquias brasileiras, é um dos efeitos da ideologia do branqueamento na população. A crença em valores racistas é reproduzida, e tomam o homem branco burguês, heterossexual, cisgênero e neurotípico como o detentor da verdade. Houve políticas concretas de branqueamento da sociedade, que contribuíram para a estruturação da neurose cultural brasileira, que tem o racismo como seu sintoma por excelência. Lélia, apoiada na psicanálise, chama de *racismo por denegação* o esquecimento e retirada de cena dos corpos negros e suas contribuições históricas para a formação do Brasil. A teoria da miscigenação foi difundida pelas produções científicas do século XIX e XX. Podemos compreender, assim, como os mecanismos de controle desenvolvidos e implementados na colonialidade são atualizados no Brasil contemporâneo.

Para superar barreiras linguísticas e territoriais, Lélia demonstra como a categoria de *amefricanidade* possui um valor metodológico e uma unidade específica ao considerar a *América*. Gonzalez articula os conceitos conforme aparecem em seus ensaios, um deles é o *pretuguês*, o qual remete à africanização do idioma falado no Brasil. A herança em nossa linguagem é atribuída às mulheres negras, majoritariamente responsáveis pela iniciação ao mundo da linguagem. Lélia sinaliza a importância em identificar as contribuições das epistemologias feministas decoloniais para investigar as categorias conceitos que interseccionam raça, gênero, classe, sexualidade. Mas para além disso, destaca a centralidade das mulheres negras e quilombolas, das amefricanas, para a construção do Brasil e dos países da América Latina, por resistirem às imposições coloniais e aos fluxos modernos de

opressão.

A filósofa propõe um novo olhar sobre a formação histórico-cultural do Brasil, porque esse olhar é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento e recalcado por classificações eurocêntricas que caracterizam a herança africana como folclore. Seu pensamento defende essas considerações para a elaboração de leis que criem estímulos fiscais a fim de garantir amplo acesso à educação, moradia e melhores condições de habitação, saúde, justiça, trabalho e melhor remuneração. Sua trajetória de vida, em sua militância acadêmica e ativismo das ruas, exigiam um comprometimento do Estado para que fossem tomadas medidas de significação compensatória, para garantir acesso aos espaços de poder e decisão à população negra, indígena e quilombola. Suas denúncias e manifestações teóricas exigem que se assumam e considere a negritude como protagonista na fundação e contínua construção do país, para legitimar nosso passado histórico e lançar possibilidades de um futuro. Um país que assume sua identidade, sua memória, sua ancestralidade, que negue a política da morte e do extermínio da população negra, para que haja promoção da vida em torno dos corpos e da cultura negra.

CONCLUSÃO

Para compreender as relações raciais no Brasil, assim como o racismo e a branquitude, articulei conceitos presentes nas produções das pensadoras Maria Lugones, Lia Schucman e Lélia Gonzalez. Lugones interpreta as tentativas históricas de subalternização dos corpos e experiências vividas, seja pelos aparatos do poder público ou no espaço privado, como produzidas pelo poder capitalista, o qual se organiza sob dois eixos: a modernidade e a colonialidade do poder. Ao voltar-se à América Latina, considera que os projetos de colonização e exploração de territórios e corpos na modernidade, implicaram na introdução das categorias *raça* e *gênero*. Conforme o colonialismo europeu foi se expandindo, essas classificações e dicotomias foram impostas a toda a população mundial, desencadeando a invenção de novas identidades geoculturais e raciais.

A socióloga reconceitualiza a própria lógica da intersecção. O conceito interseccionalidade contribui para este trabalho na medida em que o enfatiza o caráter histórico-político das experiências vividas para descrever os protagonismos das mulheres negras, indígenas, quilombolas e ameríndias nas interações interculturais e na resistência à colonialidade do poder e à colonialidade do gênero. O conceito não é uma sobreposição de opressões, como uma ferramenta teórica considera as interações e coalizões de quem resiste às imposições coloniais e capitalistas. É tomada em sua multidimensionalidade, pois possui sua historicidade marcada por um caráter historicamente afrocentrado para a construção do mundo. Assim, a interseccionalidade nos mostra o que se perde e o que é ocultado pela padronização das identidades e grupos, ela revela as multiplicidades e as diferenças. A autora abarca a experiência daqueles e daquelas que habitam as fraturas sociais, provocadas pelo padrão de poder capitalista eurocêntrico, como informantes dos significados e produtores de novas semânticas. Ao recusarem os significados estruturados pelo poder, constroem um novo terreno epistemológico, produzindo novas imagens.

Sendo *raça* uma categoria introduzida pela colonialidade do poder, sua manutenção é realizada por sistemas e sujeitos. Lia Schucman afirma que os valores e ideais europeus foram consolidados no século XIX por meio de teorias científicas em torno do conceito de *raça*. Para a autora, a identidade branca é constituída pela ideia de *raça* e racismo, e são as sujeitas e sujeitos brancos os principais reprodutores dessa estrutura racializada, uma vez que são agentes de discursos, ações e subjetividade racista. Segundo ela, não há “o branco”, mas sim

“os brancos”, a partir do qual a branquitude, enquanto constructo de poder, hierarquiza os próprios brancos a partir da ideologia do branqueamento e pureza racial.

A branquitude se relaciona com o poder, fazendo com que a identidade branca seja acionada dependendo dos interesses envolvidos, na manutenção dos privilégios materiais e simbólicos. A partir da ideia de pacto narcísico da branquitude desenvolvida por Maria Aparecida Bento, Lia descreve como as alianças inconscientes entre grupos promovem silenciamento e negação do problema racial, pela “*permanente exclusão cognitiva, moral, afetiva, econômica e política do negro no universo social*”. (SCHUCMAN, p. 71). A busca por uma lógica subversiva, diante do racismo, torna-se necessária para desmontar as estruturas propagadoras de opressões. Compreende-se a necessidade de deslocar os brancos do lugar hegemônico de única identidade e deslocá-los para o campo do sujeito que assume sua condição de racializado pelas estruturas de poder. Lia Schucman explica que a branquitude, por ser um constructo de poder, funciona por meio de negociações. A pessoa branca pode, constantemente, negociar com a branquitude. Assim, pode-se subverter o pacto narcísico, em favor da desconstrução do racismo e da produção de efeitos práticos. Destaco a necessidade de aprofundar e ampliar a compreensão do pacto narcísico da branquitude.

Para Lélia Gonzalez, o Brasil e a América Latina como um todo sofreram e sofrem efeitos do colonialismo. As vidas negras, indígenas e quilombolas estão sistematicamente submetidas às investidas da ideologia do branqueamento, a qual oculta e invisibiliza suas corporeidades e experiências, ao mesmo tempo que as visibiliza conforme atendem aos interesses dominantes. A partir da psicanálise, Lélia Gonzalez revela como o racismo forma ideologias de dominação. A neurose cultural brasileira, segundo a filósofa, tem no racismo o seu sintoma. O duplo nó entre o mito da democracia racial, submete sistematicamente as vidas negras, indígenas e quilombolas às investidas da ideologia do branqueamento. Segundo ela, omitir e não considerar a opressão racial é negar toda uma história feita de resistências e lutas, nas quais a mulher negra tem sido protagonista, graças à *dinâmica de uma memória cultural ancestral*.

A filósofa utiliza o conceito *amefricanidade* para se referir às amefricanas como aquelas que resistem à opressão colonial e neoliberal, trata-se de uma categoria que incorpora o processo histórico de *intensa dinâmica cultural que é afrocentrada*. Ela propõe uma nova consideração para a formação histórico-cultural do Brasil, que segundo Lélia, é uma América Ladina. Ou seja, uma América Africana, em que os processos históricos tornam as *amefricanas* detentoras de significados por resistirem ao impacto colonial e neoliberal.

A *Amefricanidade* se manifesta na elaboração de estratégias de resistência e movimento cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, como nos quilombos. Ao ultrapassar as limitações territoriais, linguísticas e ideológicas, com a finalidade de refletir sobre uma realidade que não se restringe ao caso brasileiro, Lélia chama atenção para como as amefricanas, mesmo subordinadas à inferioridade, são as participantes ativas nos movimentos de resistência e libertação. Resistem às imposições coloniais e aos fluxos modernos de opressão. São as que compõem o proletariado afro-latino-americano e as que trazem a marca da libertação da subordinação racial, sexual e econômica.

Considero a partir de Lélia Gonzalez que as *amefricanas* habitam o lócus fraturado, como afirma Maria Lugones. Lugones se refere como o lugar fraturado pela opressão, coerção e violência, em que há modos de resistência, reflexão e recriação povoada. Uma vez que as comunidades tornam possível o fazer, há uma multiplicidade que promove a coalizão das diferenças. Habitar a fratura é estar ciente dos significados, as coalizões nos mostram as contradições e abrem caminho para novos sentidos. Por isso, pensar em outras semânticas não modernas, por meio das sujeitas e sujeitos que resistem à colonialidade do gênero e raça a partir da própria diferença colonial, é um caminho para recusar os significados estruturados pelo poder.

Este trabalho apresenta-se como passos dados em direção ao compromisso de refletir sobre o tema das relações raciais como pertencente à filosofia. Considerando as sujeitas e sujeitos como partícipes da construção do mundo, com nossos pensamentos e fazeres, descrevendo a realidade a fim de reinterpretá-la. Foi escrito considerando os grupos historicamente contra-hegemônicos, que ao se articularem em comunidades tornam possível *o fazer e o pensar*, opondo-se à objetificação e coisificação das identidades. É parte de um percurso que anuncia possibilidades para o aprofundamento dos estudos sobre as articulações da branquitude e do racismo, para traçar caminhos de encontro à Lei 10. 639/2003 e ao letramento racial. Somente o ódio ao racismo não é suficiente, é preciso constantemente romper com a censura e com o pacto narcísico da branquitude, na valorização de toda diferença e vida. Conforme afirma a filósofa Lélia Gonzalez em seu discurso na constituinte torna-se fundamental reinterpretar nosso passado, pois “ *um povo que desconhece a sua própria história, a sua própria formação, é incapaz de construir o futuro para si mesmo.*”

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Renata Polidoro. “Do pacto ao pa[r]to narcísico: identidade racial branca em Florianópolis/SC”. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/20346>>. Acesso em: 13 de Junho de 2022.

Alma Preta. Jornalismo Preto e Livre, 2021. Femicídio no Brasil. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cotidiano/duas-a-cada-tres-vitimas-de-femicidio-no-brasil-sao-mulheres-negras>> . Acesso em: 04 de Junho de 2022.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 17 de Junho de 2022.

Associação Psicanalítica, Sigmund Freud. Roubo de crianças pelo Estado: Testemunhos. Youtube, 23 de Março de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nIXRE5clAKc>>. Acesso em: 01 de Junho de 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. “O pacto da branquitude” - 1. ed - São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), da Universidade de São Paulo (FEA/USP). *Quanto fica com as mulheres negras? Uma análise da distribuição de renda no Brasil*. 13 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/12/npe018.pdf>> Acesso em: 18 de Junho de 2022.

FIGUEIREDO, Angela. *Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial* (2020). Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>>. Acesso em: 03 de Agosto de 2022.

FREITAS, Luciana de. Portal Catarinas, 2020. *As mães negras têm as chaves da libertação nas mãos*. Disponível em:

<<https://catarinas.info/as-maes-negras-tem-as-chaves-da-libertacao-nas-maos/>>. Acesso em: 05 de Junho de 2022.

GONZALEZ, Lélia. *Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher negra*. In: Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos / organização Flavia Rios, Márcia Lima. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____ *A juventude negra brasileira e a questão do desemprego.*

_____ *A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica.*

_____ *Racismo e sexismo na cultura brasileira.*

_____ *Mulher negra.*

_____ *A categoria político-cultural de amefricanidade.*

_____ *Por um feminismo afro-latino americano.*

_____ *Nanny: Pilar da Amefricanidade.*

_____ *A Mulher Negra no Brasil.*

_____ *Mulher Negra: Um Retrato.*

_____ *Alô, Alô Velho Guerreiro! Aquele Abraço!*

_____ *A Questão Negra no Brasil.*

_____ *Mulher Negra, Essa Quilombola!*

_____ *Democracia Racial? Nada Disso!*

_____ *De Palmares às Escolas de Samba, Tamos Aí!*

_____ *A Esperança Branca.*

_____ *E a Trabalhadora Negra, Cumé que Fica?*

_____ *Racismo por Omissão.*

_____ *A Cidadania e a Questão Étnica.*

_____ *Discurso na Constituinte.*

_____ *As Amefricanas do Brasil e sua Militância.*

_____ *A Importância da Organização da Mulher Negra no Processo de Transformação Social.*

GUIMARÃES, Paula. Portal Catarinas, 2020. Jornalismo com perspectiva de gênero. Disponível em:

<<https://catarinas.info/gracinha-rompeu-com-a-casa-grande-e-perdeu-duas-filhas-para-o-estado/>>. Acesso em: 01 de Junho de 2022.

HOOKS, bell. *"Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade"* Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.1

HOOKS, bell. Speaking Freely: bell hooks. Youtube, 29 de Março de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g2bmnwehlpA>>. Acesso em: 01 de Junho de 2022.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Atlas da Violência 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9619-pb8atlasviolenciaaversaodivulgacao.pdf>>. Acesso em: 13 de Junho de 2022.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Atlas da Violência 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9619-pb8atlasviolenciaaversaodivulgacao.pdf>>. Acesso em: 03 de Junho de 2022.

LUGONES, Maria. *Colonialidade e Gênero*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 51 - 81.

LUGONES, Maria. *Rumo a um feminismo descolonial*. Periódicos UFSC - Estudos Feministas, 2014. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso em: 17 de Junho de 2022.

NOGUERA, Renato. *"O ensino de filosofia e a lei 10.639"* - 1. ed. - Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

Politize! Uma reflexão sobre a Cultura do Carnaval | com Vanda Pinedo. Youtube, 9 de Março de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nrr7oFxaW8&t=78s>>. Acesso em: 30 de Maio de 2022 .

Portal Catarinas, 2020. *Lute como uma Antonieta: a força das mulheres negras no Carnaval de Florianópolis*. Disponível em: <<https://catarinas.info/lute-como-uma-antonieta-a-forca-das-mulheres-negras-no-carnaval-de-florianopolis/>>. Acesso em: 05 de Maio de 2022.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *"Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo."* 2ª. Edição.

Transgender Europe (2021), Brasil de Fato, 2022. Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>>. Acesso em: 03 de Junho de 2022.